

CURSO TÉCNICO EM
MEIO AMBIENTE

CTMA

TRAMAS E
TESSITURAS

4

TERRITÓRIOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
Departamento de Gestão da Educação na Saúde
Coordenação Geral de Ações Técnicas em Educação na Saúde

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Diretor

Paulo César de Castro Ribeiro

Vice-diretor de

Gestão e Desenvolvimento Institucional

José Orbílio de Souza Abreu

Vice-diretora de

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Marcela Pronko

Vice-diretora de Ensino e Informação

Páulea Zaquini Monteiro Lima

Conselho de Política Editorial

André Vianna Dantas (coordenador)

Bianca Côrtes

Carla Martins

Cátia Corrêa Guimarães

Grasiele Nespoli

José Roberto Franco Reis

José dos Santos Souza

Luís Maurício Baldacci

Márcia Teixeira

Ramon Peña Castro

Vânia Cardoso da Motta

Coordenação do Projeto

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE - EPSJV/FIOCRUZ

Cooperação:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

NÚCLEO TRAMAS (TRABALHO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA



CTMA

ÊNFASE EM
SAÚDE AMBIENTAL DAS
POPULAÇÕES DO CAMPO

TRAMAS E TESSITURAS

sobre território, trabalho, saúde, ambiente e educação

Nº 4

TERRITÓRIOS

Lições aprendidas das experiências no Ceará e Paraná

Rio de Janeiro, 2017

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz



Licença Creative Commons atribuição CC BY-NC.
É permitido copiar e distribuir para uso não comercial,
sempre citando a fonte.

Texto e organização

Eduardo Alvares da Silva Barcelos
Gigi Castro
Lara de Queiroz Viana Braga
André Campos Búrigo

Animação do processo de sistematização

Gigi Castro

Equipe de Sistematização

Adaizi Citron da Silva
André Campos Búrigo
André Luis Monteiro
Bernardo Vaz
Eduardo Alvares da Silva Barcelos
Etel Matiello
Gigi Castro
Lara de Queiroz Viana Braga
Marcelo José Monteiro Ferreira

Revisão

Alexandre Pessoa Dias
Gigi Castro
Mercedes Queiroz Zuliani

Arte, diagramação e edição

Bernardo Vaz | Aicó Culturas

Ilustrações

Anderson Augusto de Souza Pereira

Catálogo na fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

B242t

Barcelos, Eduardo Alvares da Silva

Territórios / Organizado por Eduardo Alvares da Silva Barcelos, Gigi Castro, Lara de Queiroz Viana Braga e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2017.

60 p. : il. ; - (Coleção Tramas e Tessituras, 4

ISBN: 978-85-98768-92-2

1. Território. 2. Saúde do Campo. 3. Saúde da População Rural. 4. Educação do Campo. 5. Politecnia. 6. Movimentos Sociais. 7. Agroecologia. 8. Reforma Agrária. 9. Agricultura Sustentável. 10. MST. 11. Pedagogia do Movimento Sem Terra. I. Castro, Gigi. II. Braga, Lara de Queiroz Viana. III. Búrigo, André Campos. IV. Título.

370.91734

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz

Av. Brasil, 4.365

21040-360 — Manguinhos

Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 3865-9797

www.epsjv.fiocruz.br

SUMÁRIO

apresentação

UMA GEOGRAFIA DA VIDA 5

reconhecendo

CARTOGRAFIA COMO
PRÁTICA DE LIBERDADE 13

as denúncias

O TERRITÓRIO E AS DENÚNCIAS 31

a resistência

O TERRITÓRIO E OS ANÚNCIOS 45

RECADOS 64

ATLAS DO CTMA

*Use o código QR (ao lado)
ou o link abaixo e acesse
todos os mapas produzidos
pelos educandos ao longo do
CTMA, inclusive os apresen-
tados neste fascículo.*

<http://e.eita.org.br/atlasctma>



Coordenação do Projeto	<i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	
Analistas de Gestão do Projeto	<i>Adriana da Silva Ricão</i> <i>Aline Andréa Pereira</i>	<i>Denise Ribeiro da Costa</i> <i>Patrícia Maria Ferreira da Silva</i>
Coordenação Político Pedagógica da turma Josué de Castro (PR)	<i>Adaizi Citron da Silva</i> <i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	<i>Elaine Jussara Marchioro</i> <i>Etel Matiello</i> <i>Jaqueline da Luz Ferreira</i> <i>Marcos Antônio Pereira</i>
Coordenação Político Pedagógica da turma Raízes da Terra (CE)	<i>Alexandre Pessoa Dias</i> <i>André Campos Búrigo</i> <i>Clarice Rodrigues</i> <i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i> <i>Gislei Siqueira</i>	<i>Jaqueline da Luz Ferreira</i> <i>Lara de Queiroz Viana Braga</i> <i>Marcelo José Monteiro Ferreira</i> <i>Rosângela Pereira</i> <i>Rosivaldo dos Santos</i>
Educadores e Educadoras		
<i>Adaizi Citron da Silva</i>	<i>Geraldo Deffune G. de Oliveira</i>	<i>Mario Martins</i>
<i>Alan Tygel</i>	<i>Geraldo Gasparim</i>	<i>Maritânea Andretta Risso</i>
<i>Alexandre Pessoa Dias</i>	<i>Gigi Castro</i>	<i>Mayrá Lobato</i>
<i>Alfredo Benato</i>	<i>Gilvan Santos</i>	<i>Miguel Xavier de Carvalho</i>
<i>Ana Claudia Teixeira</i>	<i>Gislei Siqueira</i>	<i>Natália Martins</i>
<i>Anelise Graciele Rambo</i>	<i>Gladys Miyashiro Miyashiro</i>	<i>Neusa Buffon</i>
<i>André Campos Búrigo</i>	<i>Helionora da Silva Alves</i>	<i>Nilciney Toná</i>
<i>André Luis da Silva Monteiro</i>	<i>Henrique Frota</i>	<i>Olga Estefania Duarte</i>
<i>Andrezza Grazzielli</i>	<i>Henrique Marinho</i>	<i>Paulo Victor Bezerra de Lima</i>
<i>Antônia Ivoneide Melo Silva</i>	<i>Idalice Barbosa</i>	<i>Paulo César Ueti Barasioli</i>
<i>Antônio Escobar de Almeida</i>	<i>Jaqueline da Luz Ferreira</i>	<i>Paulo de Oliveira Perna</i>
<i>Arlene Chaves</i>	<i>José Pereira de Sousa Sobrinho</i>	<i>Priscila Delgado de Carvalho</i>
<i>Armelindo Rosa da Maia</i>	<i>Josimeire Aparecida Leandrini</i>	<i>Raquel Maria Rigotto</i>
<i>Bernadete Bezerra</i>	<i>Julian Perez Cassarino</i>	<i>Rhayane Lourenço</i>
<i>Bernardo Vaz</i>	<i>Juliana Teixeira</i>	<i>Rino Bonvini</i>
<i>Carla Maria Loop</i>	<i>Laldiane de Souza Pinheiro</i>	<i>Rodrigo Azevedo</i>
<i>Carlile Lavor</i>	<i>Lara de Queiroz Viana Braga</i>	<i>Rodrigo das Neves dos Santos</i>
<i>Carlos José Raupp Ramos</i>	<i>Leonardo Pereira Xavier</i>	<i>Rosana Kirsch</i>
<i>Cleusa Maria dos Santos</i>	<i>Leonardo Schramm Feitosa</i>	<i>Rosângela Pereira</i>
<i>Christine Farias Coelho</i>	<i>Ligia Klein</i>	<i>Rosivaldo dos Santos</i>
<i>Debora Villetti Zuck</i>	<i>Lisaldo Maia</i>	<i>Rudison Luiz Ladislau</i>
<i>Dennison de Oliveira</i>	<i>Lúcia Izabel de Araújo</i>	<i>Sadi Gomes de Amorim</i>
<i>Diego Gadelha de Almeida</i>	<i>Luciana Strobel</i>	<i>Sergiano de Lima Araújo</i>
<i>Eduardo Alvares da Silva Barcelos</i>	<i>Luis Alejandro Lasso Gutierrez</i>	<i>Sidnei Apolinário</i>
<i>Elaine Jussara Marchioro</i>	<i>Maisa Servolo Baggio</i>	<i>Tauí Castro</i>
<i>Elemar Cezimbra</i>	<i>Manuela F. C. da Silva Pereira</i>	<i>Teolide Parizotto Turcatel</i>
<i>Elsa Marília Andujar de Oliveira</i>	<i>Marcelo José Monteiro Ferreira</i>	<i>Thiago da Cruz Alves</i>
<i>Elizabeth Guinart Araújo</i>	<i>Marcelo José de Souza e Silva</i>	<i>Ursino da Silva Neto</i>
<i>Etel Matiello</i>	<i>Marco Aurélio Da Ros</i>	<i>Valdemar Arl</i>
<i>Fátima Castro</i>	<i>Marcos Antônio Pereira</i>	<i>Vanessa Calixto</i>
<i>Francis Mary Guimarães Nogueira</i>	<i>Marcos Gehrke</i>	<i>Vanessa Issuzu Miyakawa</i>
<i>Frederico Costa</i>	<i>Maria Idalice Silva Barbosa</i>	<i>Vera Dantas</i>

UMA DAS COISAS QUE CHAMOU MUITO A ATENÇÃO FOI COMO TEM UMA GRANDE DIFERENÇA DA REALIDADE DE UM ASSENTAMENTO PARA OUTRO MESMO SENDO BEM PRÓXIMO UM DOS OUTROS. TEM ASSENTAMENTOS COM GRANDES POTENCIAS DE RECURSOS HÍDRICOS COM RIOS PERENES E COM GRANDES CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO POR IRRIGAÇÃO, QUE É O CASO DO ASSENTAMENTO NOVA LADEIRA, QUE TEM UM GRANDE RECURSO HÍDRICO E PRODUZ FRUTÍFERAS À BASE ECOLÓGICA COM DEFENSIVOS ORGÂNICOS, TUDO À BASE ECOLÓGICA, E ENQUANTO ISSO ALGUNS ASSENTAMENTOS BEM PRÓXIMOS ESTÃO SOFRENDO COM A ESCASSEZ DE ÁGUA. UMA COISA CONSTANTE QUE NUNCA TINHA VISTO EM OUTROS ASSENTAMENTOS É A QUANTIDADE DE PROBLEMAS E OS TIPOS DE PROBLEMAS QUE TEM EM MUITO DOS ASSENTAMENTOS DAQUI DE QUIXERAMOBIM. OBSERVEI QUE TEM MUITOS ASSENTAMENTOS COM UM NÚMERO MUITO PEQUENO DE FAMÍLIAS, DE 5 A 10 FAMÍLIAS, E ISSO TAMBÉM NÃO É MUITO COMUM PARA MIM. TODAS AS FAMÍLIAS QUE CONSULTEI RELATARAM QUE O ESGOTO É A CÉU ABERTO E ISSO É BEM PREOCUPANTE, MAS NÃO É SÓ ISSO, CONVERSANDO COM UM DOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO MONTE CASTELO, ELE RELATOU QUE USA VENENO NAS PLANTAÇÕES, O MATAMATA, E QUE NÃO FAZ MAL NENHUM PARA A SAÚDE MESMO SEM USAR NENHUM EPI, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, POIS NUNCA SENTIU NADA; E O QUE EU ACHEI MAIS ABSURDO FOI ELE DIZER QUE NO VENENO TEM UM PRODUTO QUE ADUBA A TERRA E POR ISSO NÃO PREJUDICA A TERRA — E ELE RELATA QUE QUEM FALOU ISSO PARA ELE FOI UM TÉCNICO; ENTÃO FIQUEI ABISMADO COM TAMANHA DESINFORMAÇÃO POR PARTE DESSE AGRICULTOR E QUE ISSO PODERÁ LHE PREJUDICAR, E MUITO, FUTURAMENTE. OBSERVEI TAMBÉM QUE A SAÚDE É BEM PRECÁRIA, POIS OS ATENDIMENTOS NOS ASSENTAMENTOS SÃO SÓ UMA VEZ POR MÊS E A MAIORIA DELES FICA, O LOCAL ONDE É FEITO O ATENDIMENTO, FICA BEM DISTANTE DO ASSENTAMENTO. **FRANCISCO DE SOUZA**, — ASSENTAMENTO LISBOA, SÃO JOÃO DO PIAUÍ, PI. TRECHO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA ATER.

O CURSO POSSIBILITOU INTEGRAR A ESCOLA COM OS TERRITÓRIOS/ COMUNIDADES DA REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DA TROCA DE CONHECIMENTOS E O FORTALECIMENTO DO VINCULO DO EDUCANDO COM A COMUNIDADE E A ORGANIZAÇÃO DA QUAL FAZ PARTE. O CURSO TRAZ EM SUA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR A PRÁTICA EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE, ATRAVÉS DO (RE)CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO DA VIDA NOS TERRITÓRIOS CAMPONESES, IDENTIFICANDO E ANALISANDO AS CONDIÇÕES DE VIDAS DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM NAQUELAS COMUNIDADES E QUAIS FORMAS DE INTERVENÇÃO PARA MELHORAR ESSAS CONDIÇÕES. OS TRABALHOS DOS TEMPOS-COMUNIDADE POSSIBILITARAM A INTEGRAÇÃO DOS CONHECIMENTOS A PARTIR DOS MÓDULOS, ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS E DE INVESTIGAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA PARTICIPATIVA COM A COMUNIDADE — O TERRITÓRIO EM QUE CADA EDUCANDO/A ESTA INSERIDO/A. RELATÓRIO DA **CARAVANA DO OESTE PARANAENSE**, DEZEMBRO, 2013.

... **AS DIVERSAS ATIVIDADES DE CAMPO** REALIZADAS DE FORMA COLETIVA PERMITIRAM AOS EDUCANDOS VIVENCIAREM EXPERIÊNCIAS DE DIVERSOS TERRITÓRIOS, EM DIVERSAS FORMAS, SEJA TRAZENDO A LEITURA DO SEU TERRITÓRIO, INTERAGINDO COM OS EDUCANDOS E EDUCADORES SOBRE OUTRAS VIVÊNCIAS, SEJA DESENVOLVENDO SUAS ATIVIDADES EM OUTRO ASSENTAMENTO, NA REALIZAÇÃO DE INTERCÂMBIOS, NA VIVÊNCIA DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR E VOLTANDO AO INÍCIO RESSIGNIFICANDO O SEU PRÓPRIO TERRITÓRIO, O QUE PERMITE O MOVIMENTO COMBINADO E SUCESSIVO DE MAIORES DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÃO DE SEU ASSENTAMENTO, COM UM NOVO OLHAR E NOVAS POTENCIALIDADES. ESTE MÉTODO ESTABELECE ATRAVÉS DA PRÁXIS, A CONSTRUÇÃO DE UM CONHECIMENTO QUE PERMITE A ANÁLISE CRÍTICA E A CONSTITUIÇÃO DE CONSCIÊNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E POLÍTICA, ENQUANTO SUJEITO SOCIOHISTÓRICO. RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO DO **EIXO SANEAMENTO ECOLÓGICO E HABITAÇÃO SAUDÁVEL**.

apresentação

UMA GEOGRAFIA DA VIDA





*Esta é uma história de lugares. De territórios. De movimentos.
De pessoas que caminharam para estudar, refazendo sua geografia de vida.*

É, inclusive, uma história que se repete quando falamos das juventudes do campo: uma geração “de muitas complexidades” situada no movimento de nosso tempo.

Por isso entrar neste fascículo que aborda a relação com os territórios é lembrar que os passos em direção a esta história foram dados de muitos lugares e/ou situações: no sol, na chuva, na seca, no calor e no frio; nos vales, nas planícies, nos mares, nas matas e trilhas.

Esses passos, assim como as trajetórias das jovens pessoas que os deram, passaram por estradas de asfalto e de terra, de carro, de ônibus ou de pau de arara, passaram por rodoviárias ou pelo ar, de avião, por aeroportos; passaram pela Caa-tinga, repleta de vida adormecida, esperando a chuva, misturada com poeira.



Vieram dos rincões do Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Bahia, Alagoas, Pernambuco; do vale do rio Tocantins, da Ilha, a Maria da “Ilha”, atingida pela barragem de Estreito, na divisa com o Maranhão.

Vieram ainda pela PI-141, que cruza o Assentamento Lisboa, no Piauí; ou da Zona da Mata baiana, no extremo sul da Bahia, lugar dos antigos barões do cacau, da mata cacaueteira, que hoje ainda permanece misturada com a mata costeira ameaçada pelo turismo das elites, pelos portos e ferrovias.

Alguns vieram do agreste alagoano, microrregião de Arapiraca, onde a mineração também existe e cresce.

Outros, de forma solitária, saíram do extremo oeste de Pernambuco, também do sertão, de cidade importante, Ouricuri, polo gesseiro e passagem da Transnordestina; ou vieram de Caruaru, terra das feiras e forrós, lugar importante do vale do Ipojuca, incrustado no planalto da Borborema.

E muitos deles vieram do Ceará, dos sertões ao litoral: vieram de reassentamentos forçados, o Alagamar, em Jaguaratama no Médio Vale do Jaguaribe, mas também do seu trecho baixo, já em Limoeiro do Norte, no Tomé, lugar



das bananas e melões envenenados — onde muito conflito já surgiu, até morte de liderança, o Zé Maria, razão que motiva o Movimento 21, para lembrar sua morte, o dia 21 de abril de 2010; e há ainda quem veio do noroeste cearense, de Santa Quitéria, um lugar ameaçado pela mineração de urânio — conflito atual, que pede um alerta da sociedade para não se transformar em mais sacrifícios.

Mas estes passos passaram também pelas terras frias do Sul do Brasil, região de muitas contradições e lutas históricas. Jovens e adultos moradores e agricultores de assentamentos e de terras tradicionais, como os faxinais, cruzaram o ecossistema da Mata de Araucárias.



Muitos são filhos e filhas das grandes ocupações de terra no Paraná, muitas das quais as maiores do país. Nasceram onde hoje estão os maiores assentamentos de Reforma Agrária da América Latina. E assim, partiram dos assentamentos Ireno Alves, Marcos Freire, Oito de Junho e Celso Furtado, terras ocupadas pelas maiores mobilizações do MST no Brasil. Luta grande frente ao latifúndio madeireiro Giacomet-Marondim, hoje Araupel. Saíram de lá.

No nordeste paranaense, os passos também foram dados. De Imbaú a Ortigueira, municípios impactados pelos desertos verdes e pelas fábricas de celulose. No centro, de Jardim Alegre, Turvo, Laranjal e Boa Ventura de São Roque, caminharam desde os assentamentos cobiçados pela especulação.

Outros vieram mais solitários, de Santa Catarina, compor a turma Josué de Castro, no Paraná. De Passos Maia, Calmon e Caçador, na divisa com o Paraná, e de Taió, na região central do estado catarinense.

Todos esses passos, articulando juventudes, territórios, movimentos, constituíram essa caminhada coletiva na qual MST, MAB, Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, Movimento 21, a Articulação Anti-Nuclear e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais puderam solidariamente e em sintonia com as lutas de cada lugar contribuir para a formação e o engajamento de jovens do campo por meio do *Curso Técnico em Meio Ambiente/CTMA*.

Este fascículo, que aqui apresentamos trata dessa experiência, aprofunda a dimensão da territorialidade e o território enquanto categoria, trabalhados durante o CTMA, e enseja que, a partir dos elementos aqui trazidos, se possa inspirar processos reflexivos e contribuir com outras lutas nos muitos lugares ou movimentos em que se encontram as juventudes do campo no país, sobretudo as que se organizam pelo efetivo direito a uma *educação e saúde do campo* de qualidade.

A COMUNIDADE DE TOMÉ HOJE TEM 4 MIL HABITANTES E UM NÚMERO APROXIMADAMENTE DE 800 FAMÍLIAS. A POPULAÇÃO TEM AUMENTADO CONSIDERAVELMENTE DEVIDO À MIGRAÇÃO DE PESSOAS QUE VÊM TRABALHAR NAS GRANDES EMPRESAS, DE FRUTICULTURA IRRIGADA PARA EXPORTAÇÃO. O MAPA FOI CONFECCIONADO POR PESSOAS QUE FAZEM PARTE DA ASSOCIAÇÃO, JUNTO COM ESTUDANTES. TODOS TIVERAM A PREOCUPAÇÃO DE DETALHAR COM PRECISÃO AS RUAS E SÍTIOS, QUADRAS, ENFIM, PRINCIPALMENTE A DIVISÃO DAS RUAS DA CIDADE EM QUE A LOCALIDADE FAZ PARTE. SENDO QUE AO LADO NORTE ESTÁ A PARTE DE QUIXERÉ, E AO LADO SUL, FICA LOCALIZADA A PARTE DE LIMOEIRO DO NORTE. POIS ESTATISTICAMENTE TOMÉ É CONSIDERADO DE LIMOEIRO DO NORTE, MAS A POPULAÇÃO RESPONDEU QUE NÃO AO PLEBISCITO, OCORRIDO NA LOCALIDADE. PERMANECENDO ASSIM COMO ESTÁ DIVIDIDO. TCC DE **DAMIÃO DE LIMA** — COMUNIDADE DO TOMÉ, LIMOEIRO DO NORTE, CE.

O QUINTAL TEM UMA ÁREA QUE MEDE 0,5 HECTARES E ESTA ÁREA É UTILIZADA PARA A PRODUÇÃO DE GALINHAS DURANTE O ANO TODO, ONDE SÃO PRODUZIDOS CERCA DE 25 OVOS DIARIAMENTE E UMA PARTE DA PRODUÇÃO É DESTINADA PARA O CONSUMO PRÓPRIO DA FAMÍLIA E A OUTRA PARTE É PARA A VENDA. NO CURRAL TEM A PRODUÇÃO DE GADO E DE ADUBO, ONDE OS 04 MEMBROS DA FAMÍLIA DO SEXO MASCULINO TRABALHAM NESTA ATIVIDADE DANDO RAÇÃO PRO GADO, TIRANDO O LEITE E RECOLHENDO O ADUBO. A AGRICULTURA INDIVIDUAL TEM UMA ÁREA DE 04 HECTARES, ONDE SÃO PRODUZIDOS MILHO, FEIJÃO, MAMONA E PALMA. NA ÁREA DE AGRICULTURA COLETIVA TEM AS PRODUÇÕES DE MILHO, PALMA E CAPIM, ONDE UMA VEZ POR SEMA-

NA UM MEMBRO DA FAMÍLIA DO SEXO MASCULINO TRABALHA JUNTAMENTE COM OS OUTROS ASSENTADOS PARA GARANTIR A PRODUÇÃO COLETIVA, CAPINANDO E COLHENDO A TODA A PRODUÇÃO. A ÁREA EM TORNO DA CISTERNA DE ENXURRADA QUE É UTILIZADA É DE 1 HECTARE, ONDE SÃO PRODUZIDAS FRUTAS E HORTALIÇAS E ESSA PRODUÇÃO SE DÁ DURANTE O ANO TODO E NÃO TEM UMA ESTIMATIVA CERTA PARA A QUANTIDADE DA PRODUÇÃO. NA APP (ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE) NÃO É REALIZADO PELA FAMÍLIA NENHUM TIPO DE TRABALHO ESPECÍFICO, A NÃO SER A EXTRAÇÃO DE ALGUNS VEGETAIS PARA FINS MEDICINAIS. TCC DE **FRANCISCO DENILSON ALVES SANTOS** — ASSENTAMENTO SÃO MANOEL, TAMBORIL, CE.

AS ÁGUAS QUE ELES USAM EM CASA SAI DO POÇO, EM OUTRA COMUNIDADE DENTRO DE UMA DISTÂNCIA DE TRÊS QUILOMETROS DE ENCANAÇÃO PARA CHEGAR ÀS RESIDÊNCIAS, ALGUMAS CHEGAM E OUTRAS, NÃO, POR CAUSA DA MÁ DISTRIBUIÇÃO DAS REDES; ESSA ÁGUA É USADA PARA CONSUMO HUMANO E GASTOS EM GERAL COMO ANIMAIS, PLANTAS E ETC. EXISTE TAMBÉM OUTRA FONTE DE ÁGUA BEM PRÓXIMO DAS AGROVILAS, QUE É O AÇUDE, COM UTILIDADE COMO PESCA, LAZER, DAR BANHO E BEBER AOS ANIMAIS; NÃO SERVE PARA OUTRAS ATIVIDADES OU CONSUMO HUMANO, POIS É SALOBRA, SENDO QUE TODAS AS CINCO CASAS TÊM CISTERNA QUE CAPTA ÁGUA DE CHUVA QUE É UTILIZADA EM TODAS AS ATIVIDADES EM CASA — ISSO NO INVERNO; NO VERÃO, ELA SERVE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA TORNEIRA, PARA QUANDO FALTAR NA TORNEIRA, NA CISTERNA TENHA. TCC DE **ALEANDRO REBOUÇAS** — ASSENTAMENTO AROEIRA VILANY, ARACATI, CE.

reconhecendo

CARTOGRAFIA COMO PRÁTICA DE LIBERDADE

A elaboração de mapas artesanais no CTMA pode representar um ótimo exemplo da importância de um currículo integrado ao mundo real da vida, aquele que acontece com as pessoas, em seus *lugares de vida*. É importante trazer este aspecto à memória, porque não se promove *saúde do campo* sem compreender, viver, sentir e experimentar o ambiente no qual as pessoas se relacionam, trabalham e vivem. Aliás, não se faz *saúde do campo* sem representar aquilo que se vê, sem trazer à luz as diferentes formas de habitar um lugar, de agir sobre ele. É preciso revelar os processos e fazer nossos próprios mapas, nossos próprios caminhos.

Desta forma, os mapas do CTMA não foram feitos pela dimensão remota, longínqua, unilateral, que situa o observador “fora” do mundo em que a vida acontece. Este é o olhar *desde acima*, desde o dominador. No CTMA, *desde abaixo*, o observador foi também observado, viveu, sentiu, experimentou, se territorializou (e vem se territorializando) passo a passo com os povos do campo e das águas, nas caminhadas, nas conversas, nas práticas de trabalho, no manejo com a terra, nos processos organizativos, na elaboração da pesquisa de campo. Dizer isso é dizer muito sobre a forma e o conteúdo dos mapas que mostramos agora, assim como é dizer sobre o olhar no qual estamos implicados/as.



Nesse sentido, estes mapas trazem à luz uma materialidade real e instantânea, no tempo e no espaço, complexa e comunicativa, que expressa um olhar diferenciado e *descentralizado* das narrativas cartográficas oficiais, vale dizer: hegemônicas. É preciso ter em mente que há pouco tempo atrás, os mapas eram “prerrogativas de Estado”. Havia um monopólio muito bem demarcado para a elaboração dos “mapas oficiais”: eram o Exército, os Serviços de Geologia, as Escolas Militares, os Institutos de Geografia, como o IBGE, os órgãos de desenvolvimento, enfim, os responsáveis pelo mapeamento e representação de nosso espaço — e foi por meio deles que apreendemos geografia, história, ecologia etc.

Quando se elabora, porém, mapas próprios, autorais, estamos quebrando este monopólio e fazendo da prática cartográfica algo revelador. Passamos a colocar no mapa aquilo que a gente próprio vê, aquilo que o outro sente e vive, e não aquilo que nos fizeram ver, que nos foi imposto como imaginário cartográfico, ou seja, passamos

a ter autonomia sobre o nosso espaço a partir do momento em que o representamos com as nossas próprias linguagens e técnicas.

Estamos, então, diante de mapas originais que revelam basicamente *o modo como as populações do campo se inscrevem na natureza*, como usam, organizam e partilham sua base de recursos, a forma como elas dão sentido ao espaço e às contradições e dilemas por elas vividos. Mostram processos produtivos, aspectos do relevo, das águas, dos resíduos, da infraestrutura, dos equipamentos sociais dos assentamentos. Mostram a organização espacial das comunidades, as potencialidades e tecnologias sociais — e assim mostram também o potencial que os mapas têm para a intervenção planejada, para o planejamento ambiental, agrícola, o monitoramento das águas, para a saúde ambiental e seus métodos de intervenção.

É importante deixar claro que os mapas do CTMA estão diretamente envolvidos com o percurso formativo, cada qual com suas especificidades e tempos. Ao longo do Curso, foram muitos



os tempos educativos destinados à interação com as técnicas de cartografia e de mapeamento/diagnóstico do território. Desde as técnicas de elaboração de croquis, de produção de maquetes, às aulas sobre topografia, escalas, curvas de nível, bacias hidrográficas, às oficinas temáticas de instrumentalização do mapeamento, como a oficina de GPS, onde se pode interagir com os aparelhos de GPS, discutir seu funcionamento, cuidados de manutenção, procedimentos de validação e calibração de dados, bem como resgatar elementos de geometria, do plano cartesiano e noções de cálculo aplicado com o uso do teorema de Pitágoras. Estas técnicas permitiram qualificar a abordagem territorial proposta no Curso, permitindo um mergulho mais fecundo e interessado dos educandos e educandas em seus *lugares de vida*, de convívio, de trabalho, de encontros, quer dizer nos lugares percorridos durante o tempo-comunidade. Desta forma, os mapas expressaram as etapas, caminhos e práticas de observação, registro, diálogo, troca e sistematização de informações, envolvendo o

diagnóstico das condições de vida e das situações de saúde das populações do campo, ou seja, representam ao mesmo tempo o *processo* — da cartografia como linguagem-método do diagnóstico — e o *produto* — o mapa como linguagem-síntese do diagnóstico.

Esta conjugação traz convergências muito importantes. É preciso ter em mente que os mapas foram produzidos na medida em que o trabalho de campo transcorria — e este sempre estava balizado pela preocupação mais ampla colocada desde o início pelo CTMA: educar *no* e *com* o território, para conhecer o território, e assim intervir. Esta motivação, no plano pedagógico, vai se aproximando cada vez mais da prática estratégica da vigilância em saúde, baseada no tripé *informação-decisão-ação*, ou seja, a cartografia serve, também, para o (re)conhecimento da produção da vida nos territórios camponeses, identificando e analisando as condições de vida para intervir sobre problemas de saúde ambiental dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária.



Mapa da Unidade de Produção Familiar Comunidade de Curral Velho – Acaraú/CE



Mapa construído por alunos/as da E.E.I.F José Ramiro Teixeira Assentamento Dois de Maio – Tamboril/CE

Mapas artesanais, mapas comunitários, de quintais produtivos, mapas ambientais, mapas dos caminhos das águas, mapas das moradias, enfim: mapas da saúde do campo.

"As visitas à unidade de produção da família do senhor José Rodrigues, o Zezo, permitiram conhecer as áreas de produção agrícola e uma breve entrevista para o relatório da pesquisa, além de um mapa do seu Agroecossistema, feito pelo próprio agricultor em forma de rascunho e posteriormente passado a limpo em desenho maior. Seu Zezo é dono de uma pequena faixa de terra que fica a 100 metros de sua casa. Perto desta área há uma faixa maior a um quilômetro de distância que foi cedida por um dos donos de terra local. Esta faixa de terra maior fica de frente a um açude privado, do dono da terra onde seu Zezo planta. Juntando as duas áreas, ele tem três hectares de terra. Na parte que lhe pertence ele utiliza para o plantio de manga, cajueiro, coqueiro, bananeira, mandioca, macaxeira, milho, feijão e para uma pequena criação de porcos". TCC de Laureana Feitosa/Laura, Comunidade de Curral Velho, Acaraú/CE

"Tem um poço no meio da mata bem protegido por tampa; tem cavacos de pedra e carvão para filtrar a água do poço. O poço fica a 500 metros longe das caixas, uma das caixas de água vai para família que utiliza na cozinha, lavanderia e no banheiro - todos com destino à fossa negra, outra para hortaliças e animais. Os resíduos das frutas é posto em um minhocário para se decompor e o adubo produzido é levado para a horta. (...) o pomar é composto por sete variedades de frutas, em uma quantidade variada de pés. A horta, esse modelo de cultivo é composto por 11 espécies de plantas, sendo 2 espécie de fruta, 3 de legumes e o restante é verduras". TCC de Adenilson Escongisk, Assentamento Ermínio Gonçalves dos Santos, Caçador/SC).

Nesta tessitura de que vimos tratando — que concebe o trabalho de campo como princípio pedagógico ou educativo — trata-se, então, de *mapeamentos contextualizados*, geograficamente situados, que revelam, por meio destas novas “peles” dos territórios, como são as dinâmicas de territorialização dos agricultores e agricultoras e suas bases de trabalho e produção. Sobretudo diante dos questionamentos: o que se faz e o que se tem nas áreas de Reforma Agrária, como é que se vive nesses territórios? Ao lado dos porquês destas questões, lançamos os mapas como um excelente exemplo para possíveis respostas, ou seja, para dizer de algumas formas através das quais a vida é, cotidianamente, produzida nos assentamentos.

A cartografia como método de pesquisar, de dialogar, gerou, desse modo, um *olhar interessado* para o território, vale dizer: uma ressignificação mesma da forma de olhar de cada educando/a para seu próprio espaço de vida. Afinal, foram mapas artesanais, mapas comunitários, de quintais produtivos, mapas ambientais, mapas dos caminhos das águas, mapas das moradias, enfim: mapas da *saúde do campo*. Produzidos de forma coletiva, colaborativa e dialógica, que de maneira simples proporcionaram a representação de vários agroecossistemas extremamente complexos, mas com uma variedade de aspectos, desde estradas, roças, corpos hídricos, limites de propriedade, instalações, dentre muitos outros.

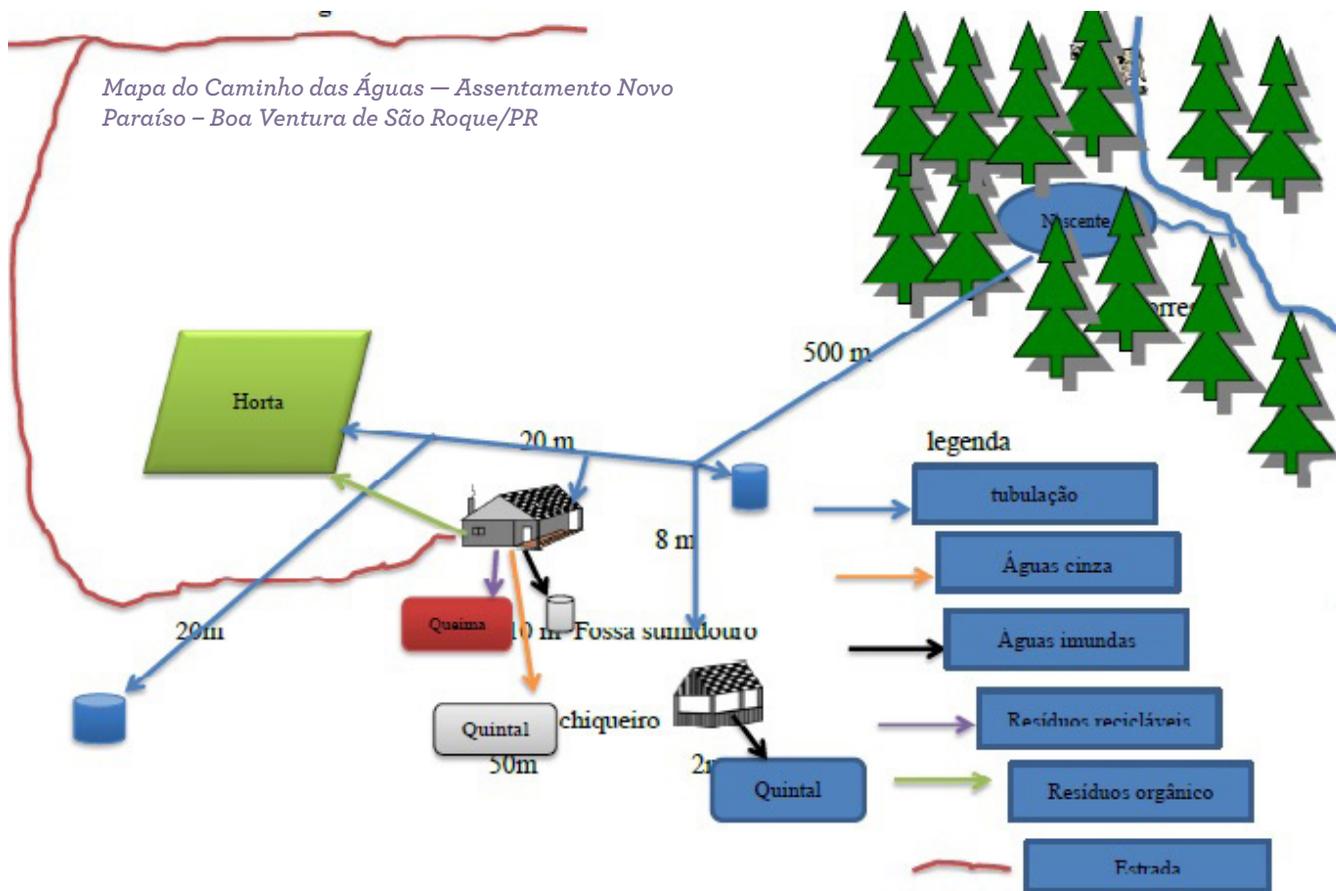
Os mapas são sistemas linguísticos que comunicam os processos instituídos na sociedade por meio da representação do espaço, e quando tomamos a categoria território, seja como categoria da prática, seja como categoria analítica, o que importa é comunicar cartograficamente as relações de poder.

Se os usos são aspectos importantes do território, como o geógrafo Milton Santos sempre dizia, exatamente por mostrarem as intencionalidades de cada agente e o modo como cada um deles exerce o poder sobre o espaço, é nesta categoria que podemos pensar as diferentes formas de organização e manejo dos assentamentos, para darmos mais um exemplo. Isso tem uma implicação importante para as ações de vigilância em saúde, pois dependendo do uso que se faça do território, diferentes serão os processos saúde-doença observados.

Assim, os mapas foram traduzindo a diversidade de usos encontrados nos assentamentos, revelando uma variedade enorme de zonas de produção, de zonas de manejo, de áreas verdes, de águas, de lavouras comerciais e de subsistência, de espaços de moradia. Pode-se pensar a partir disso os diferentes riscos sanitários, por exemplo, os aspectos relacionados à alimentação, ao consumo e à comercialização. Este zoneamento, podemos dizer assim, foi concebendo e materializando, pouco a pouco, a ideia de agroecossistema, de subsistemas, de fluxos de matéria e energia (entradas e saídas), enfim, foi permitindo a classificação e a descrição das condições de produção e trabalho das famílias.

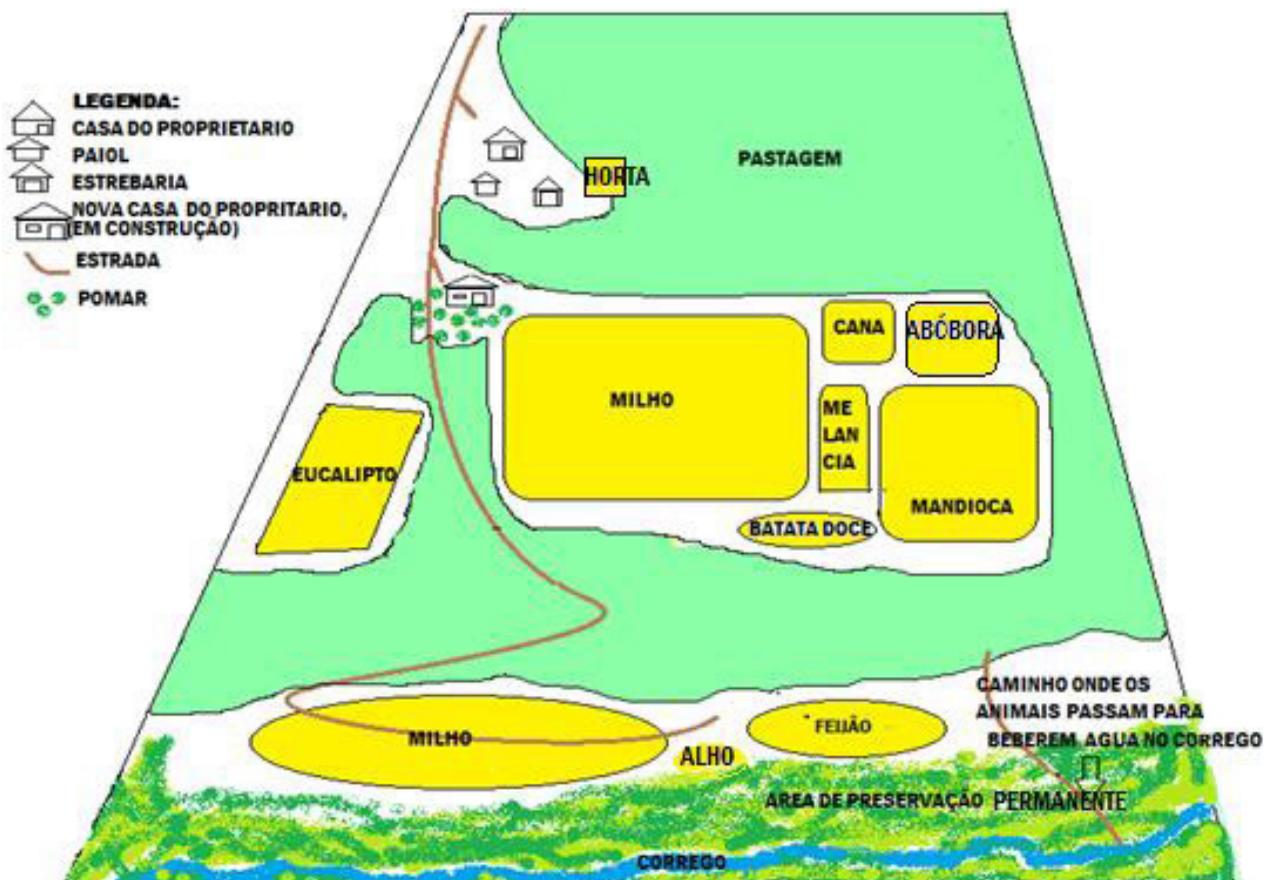


"Uma forma de organização também são os trabalhos coletivos que são realizados semanalmente, onde todos têm que participar para fazer as atividades que necessitam dentro do assentamento uma vez por semana. Com tudo isso as reuniões de NB são a maior forma de organização comunitária, pois são onde são tomadas as decisões coletivas e encaminhamentos de problemas dentro do assentamento. Abaixo, os mapas construídos com ajuda dos alunos dos 2,3,4 e 5 ano da escola do PA. A construção durou em media 03h30min. O objetivo de fazer a construção do mapa com os alunos foi de ver o que eles acham e conhecem sobre o assentamento. Foi uma construção coletiva e inteiramente coletiva, onde todos participaram e deram sua contribuição". Trecho retirado do TCC de Simone Nascimento e Maria Ranieli Alves, Assentamento Dois de Maio Tamboril/CE.



"Através desse fluxograma podemos identificar todo o caminho percorrido pela água na residência da família. A nascente de onde se gera toda a água para a propriedade está situada no meio da reserva, livre de qualquer índice de agrotóxico, sendo que a água que chega à propriedade desce por declividade do terreno. Mas a família ainda tem alguns desafios relacionados à nascente, sendo eles: fazer uma proteção para a nascente, pois está coberta com algumas folhas de Brasilite; colocar uma caixa de água para assim fazer e tratamento com cloro". Trecho retirado do TCC de Vinicius Balbinotti e Keila Dalepiane, Assentamento Novo Paraíso – Boa Ventura de São Roque/PR

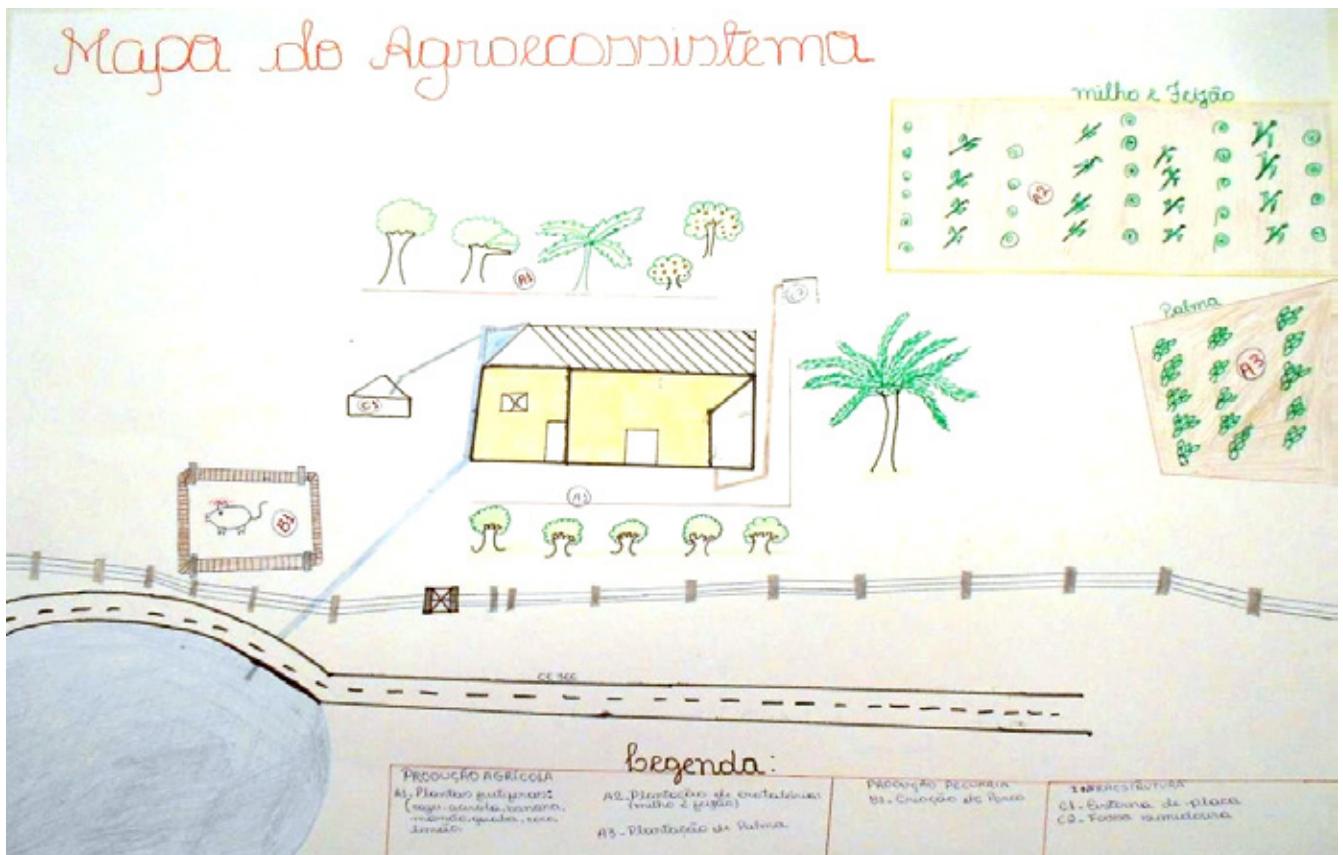
"Nessa Comunidade tem alguns grupos organizados: grupo de jovens que às vezes se reúne para discutir algumas atividades na comunidade; o terço dos homens e o terço das mulheres que se reúne para rezar o terço, sendo as mulheres na terça feira e os homens na quinta; e, o grupo de reflexão que se reúne nos finais de semana para planejar as celebrações nos domingos; existem também dois grupos de evangélicos, que pregam o evangelho durante a semana na comunidade Lisboa sede e às vezes na agrovila 2; e o conselho escolar que discute o andamento da escola da comunidade. Nas outras comunidades do assentamento não tem esses grupos organizados, eles às vezes se juntam a esses da comunidade-sede do assentamento". Trecho retirado do TCC de Francisco de Souza, assentamento Lisboa, São João do Piauí/PI



Zoneamento do Agroecossistema – Assentamento Celso Furtado – Quedas do Iguaçu/PR

Descrição das zonas de produção do agroecossistema

Produção	Destino	Área ocupada	Quantidade	Renda
Gado leiteiro	venda e consumo	5,5 ha	900 litros / mês	R\$ 720,00
Galinha caipira	consumo	livre	-	-
Ovos	consumo	-		
Hortaliças	consumo	70m ²		
Pomar	consumo	13 pés		
Milho	consumo	0,5 ha	10 sacas / ano	
Feijão	consumo	0,5 ha	2 sacas / ano	
Arroz	consumo	1 ha	8 sacas / ano	
Eucalipto	venda	3000 pés	-	-



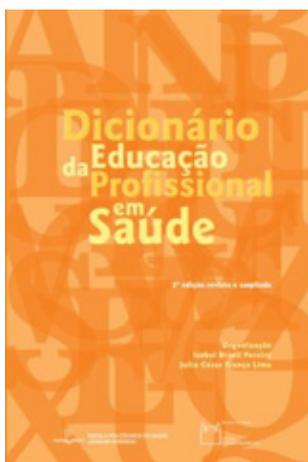
Quando os mapas mostram as moradias e os quintais, estamos situando o leitor e a leitora nos processos de *habit*(ação) e tudo aquilo que influencia e transforma o *habitat* das populações, seja no ambiente intra, peri ou extradomiciliar, seja em outros espaços de convívio e trabalho, como as roças, as instalações rurais, seja nos espaços de lazer. Compreendendo a habitação como este complexo mosaico de espaços — onde os fatores sanitários, produtivos, ambientais e psíquicos constituem padrões de habitação envolvidos na dinâmica de ocupação e uso do território — os mapas mostraram o conteúdo do processo de territorialização vivido e experimentado pelas famílias, ou seja, as formas como elas manejam as águas, os resíduos e os esgotos, as práticas de promoção da saúde, tal como visto nas hortas, pomares, no entorno das moradias com as instalações e equipamentos. Em outras palavras, *habitar* um lugar é

um dos sentidos possíveis para falarmos de territorialização.

Ainda neste sentido, os mapas também detalharam desde os fatores de vulnerabilidade inerentes ao *habitat*, as formas pelas quais o processo de habitação se constitui pela possibilidade do adoecimento. Através das categorias — *águas imundas* e *águas cinzas* — deu-se a problematização dos riscos de contaminação ambiental nos espaços intra e extradomiciliares e o mapeamento das fontes e processos geradores de resíduos e esgotos, trazendo uma coerência para a reinterpretação dos espaços de manejo, de convívio e de trabalho das unidades familiares, de tal forma a combinar os aspectos produtivos, ligados ao manejo com a terra, às formas de disposição de resíduos (canaletas, lançamento *in natura*, fossas) com os aspectos ambientais associados, como os rios, açudes e nascentes.

Por estes e outros motivos, se o desafio do CTMA é a ampliação/aperfeiçoamento da vigilância em saúde nos territórios da Reforma Agrária, sob um viés popular que privilegia a *intersectorialidade*, as ações articuladas em diferentes níveis e o diálogo de saberes, não podemos ignorar que o Curso, com intervenção em 42 territórios, ofereceu à sociedade um repertório cartográfico inovador para a caracterização de comunidades rurais — inclusive para que o SUS possa compreender quais e como os modelos assistenciais podem promover a *saúde do campo* e evitar as iniquidades nestas áreas.

Acreditar que os mapas são importantes aliados e interlocutores neste desafio é acreditar numa *educação territorializada*, inscrita no território e nos processos de territorialização das populações do campo. E neste sentido, os mapas trazem representações importantes que alertam para os sentidos, reivindicações e desafios trazidos por estes territórios.



A TERRITORIALIZAÇÃO EM SAÚDE

Para alguns autores, a territorialização nada mais é do que um processo de “habitar um território” (Kastrup, 2001, p. 215). O ato de habitar traz como resultado a corporificação de saberes e práticas. Para habitar um território é necessário explorá-lo, torná-lo seu, ser sensível às suas questões, ser capaz de movimentar-se por ele com alegria e descoberta, detectando as alterações de paisagem e colocando em relação fluxos diversos – não só cognitivos, não só técnicos, não só racionais – mas políticos, comunicativos, afetivos e interativos no sentido concreto, detectável na realidade (Ceccim, 2005b). Essa abordagem remete, fundamentalmente, à importância da territorialização para os processos formativos em saúde com foco na aprendizagem significativa e nos contextos de vida do cotidiano. (extraído do verbete “Territorialização em Saúde” – Dicionário de Educação Profissional em Saúde)



Mapa das coleções hídricas – Assentamento Grossos – Canindé/CE

O assentamento Grossos, em sua extensão territorial, em relação ao abastecimento de água, disponibiliza-se de cinco açudes, sendo dois de médio porte (F.1A) e (F.1.B) e três de pequeno porte (F.1.C, F.1.D e F.1.E), um cacimbão (F.2A), uma cacimba (F.2.B), um poço profundo (F.3.C), vinte e uma cisternas de placas (F.3.A) e duas cisternas de enxurrada. Trecho retirado do TCC de Antonio Fernando Silva. Assentamento Grossos, Canindé/CE.

Estratégias de segurança hídrica no Assentamento Grossos, Canindé, Ceará

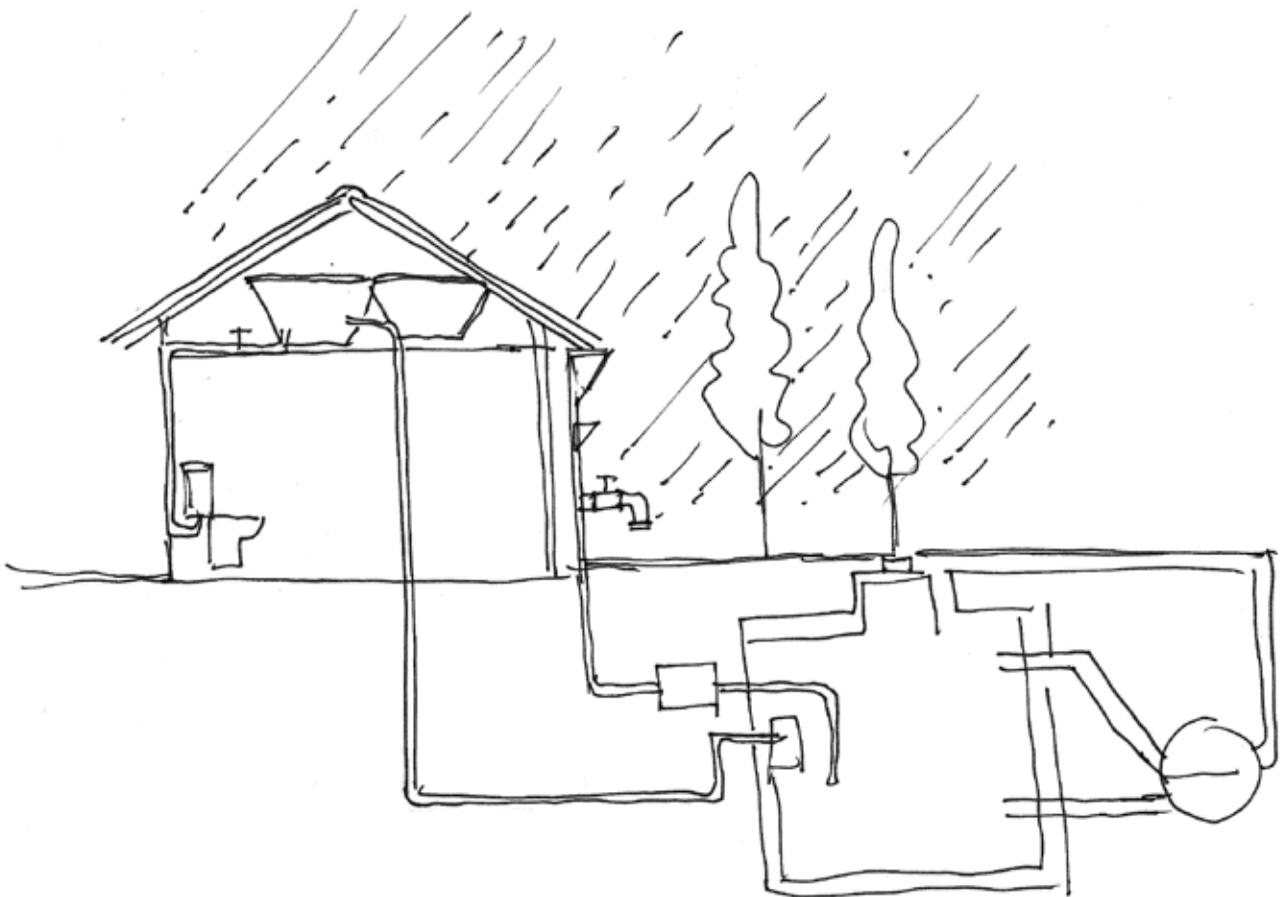
AÇUDE BOM-DESTINO (F-1-A)	Abastecimento de água para o consumo doméstico, animal, plantas, hortaliça orgânica, pesca artesanal para o consumo das famílias e lazer.
AÇUDE TIRA-SEBO (F-1-B)	Abastecimento de água para os animais, capim forrageiro, hortaliça orgânica com pouco uso doméstico e é utilizado para a pesca artesanal para o consumo das famílias.
CACIMBÃO (F-2-A)	Utilizado no período de seca para o uso doméstico (lavagem de roupa) e, se necessário, para o consumo animal.
CACIMBA (F-2-B)	Utilizada apenas para o consumo das famílias do assentamento e comunidades vizinhas no período de verão ou seca.
POÇO PROFUNDO (F-3-C)	Utilizado para plantas frutíferas coletivas e consumo animal.
CISTERNAS ENXURRADA (F-4-A)	Utilizada em pequenas hortaliças orgânicas, quintais produtivos.
CISTERNAS DE PLACAS	Utilizada para o consumo humano, como: água de beber, lavar e cozinhar os alimentos e escovar os dentes.

OS CAMINHOS DAS ÁGUAS

*As águas fazem muitos caminhos.
Os caminhos das águas são tantos!
Os caminhos das águas são múltiplos
que, mesmo contando
os caminhos, das águas
não se sabe quantos.*

*Passam por muitos declives:
rios, cacimbas, poços, canos;
sofrem com muitos enganos:
barragens, perímetros, equívocos incríveis.
Os caminhos das águas estão postos.
Passam por todos os climas,
percorrem todos os territórios:
fluxos abaixo, fluxos acima...*

gigi castro





Percorrendo o caminho das águas públicas, privadas, comunitárias, domésticas, o poço, a cisterna, e o carro pipa....





.... o manejo da Reserva Legal, a roda d'água, a nascente, o açude.





*... na geração de energia,
na linha de produção do
agronegócio, no perímetro
irrigado, no melão.*



AO VISITAR BARRA DAS MOITAS DEPARAMOS COM A INSATISFAÇÃO DO POVOADO COM OS IMPACTOS CAUSADOS PELOS EMPREENDIMENTOS QUE ALI ESTÃO ATIVOS, CAUSANDO PREJUÍZOS E POLUINDO TODA AQUELA COMUNIDADE, HÁ RELATOS DE ALGUMAS PESSOAS DA COMUNIDADE QUE FALAM DOS CONFLITOS GERADOS ENTRE OS PRÓPRIOS MORADORES PORQUE MESMO COM OS IMPACTOS CAUSADOS, AINDA TEM GENTE QUE VENDEU ALGUMAS ÁREAS E OUTROS QUE ALUGARAM SUAS TERRAS AOS ARREDORES, NO INTERESSE DE GANHAR DINHEIRO MESMO SABENDO DOS PREJUÍZOS CAUSADO PELOS IMPACTOS. SEGUNDO OS MORADORES, TODOS OS EMPREENDIMENTOS COMO AS EÓLICAS E A CARCINOCULTURA, ESTÃO CAUSANDO DESCONFORTO E DESAGRADOS; UM DOS PROBLEMAS CITADOS É A POLUIÇÃO SONORA, CONTAMINAÇÃO DOS RIOS CAUSANDO MORTE DOS PEIXES E ATRAPALHANDO A SOBREVIVÊNCIA DE QUEM VIVE DA PESCA. OS MORADORES TAMBÉM RELATAM A MANEIRA DE COMO SE DÁ A LUTA PELA TERRA NAQUELA REGIÃO, DE MODO QUE É UMA LUTA DE RESISTÊNCIA, ONDE JÁ FORAM AMEAÇADOS DE MORTE E ALGUNS JÁ FORAM PRESOS E TORTURADOS POR LUTAR POR AQUELAS ÁREAS; PODEMOS VER DE PERTO ALGUNS PONTOS ONDE HOVE O PRIMEIRO ACAMPAMENTO, ONDE FORAM FEITOS OS PRIMEIROS BARRACOS DO ACAMPAMENTO, NO QUAL AINDA HOJE AINDA É ÁREA DE CONFLITO, QUE SE DÁ POR ALGUNS MORADORES SE ANTIPATIZAR COM A LUTA DO POVOADO; VENDEM SEUS LOTES E VIRAM REFÉNS DE SEU PRÓPRIO TERRENO. EM CONVERSA COM ALGUNS, HÁ RELATOS QUE ATÉ FOGO JÁ FORAM BOTADOS NAS CANOAS DE PESCADORES, ALGUNS LEVARAM TIROS POR LUTAR PELA TERRA, FORA OS QUE FORAM PRESOS E JULGADOS E TORTURADOS POR MANDANTES QUE QUERIAM QUE ELES SE MANDASSEM DAS TERRAS ONDE ELES APRENDERAM A SE MOVER E TRABALHAR E PRODUZIR SUA PRÓPRIA PRODUÇÃO DENTRO DELAS. MESMO COM TODOS ESSES PROBLEMAS, AS PESSOAS NÃO PERDEM A ESPERANÇA DE UM DIA ESSE PESADELO ACABAR; EM CONVERSA COM ALGUNS MORADORES, ELES RELATAM TAM-

BÉM AS MANIPULAÇÕES QUE SOFREM PELOS EMPRESÁRIOS QUE QUEREM MONTAR SUAS EMPRESAS E AFASTAREM ELES DAQUELAS TERRAS, FALAM QUE OFERECEM EMPREGO E DINHEIRO COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO MAS MUITOS RESISTEM E NÃO ACEITAM E POR ISSO SÃO SUJEITOS A VÁRIAS DISCRIMINAÇÕES POR PARTE DE AMBOS: ISSO FOI UM POUCO DO QUE PERCEBI NESSE TEMPO DE VISITA E CONVERSA COM ALGUNS MORADORES. RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA ATER DE **ANTONIO IRANEUDO** — ASSENTAMENTO CALDEIRÃO, MADALENA, CE.

OS MAIORES IMPACTOS AMBIENTAIS SÃO CAUSADOS PELO USO ABUSIVO DE AGROTÓXICO DENTRO DAS GRANDES ÁREAS DE PRODUÇÃO DE GRÃOS. O FATO DA GRANDE FÁBRICA DE CELULOSE (KLABIN) ESTAR INSTALADA NO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA DESDE 1899, TODA A REGIÃO FOI PREJUDICADA PELA SUBSTITUIÇÃO DA MATA NATIVA PELO PLANTIO DE PÍNUS E EUCALIPTO, GERANDO ASSIM O VERDADEIRO DESERTO VERDE, QUE PROVOCOU A EXPULSÃO DE VÁRIAS FAMÍLIAS DAS SUAS TERRAS, FONTES QUE SECARAM, ANIMAIS QUE FORAM EXPULSOS, POIS NÃO CONSEGUEM VIVER EM MATAS EXÓTICAS. SEGUNDO INFORMAÇÕES VINDAS DA PRÓPRIA EMPRESA, HOJE ELA FICA ENTRE AS 10 MAIORES FÁBRICAS DE PAPEL DO MUNDO. (...) O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA POSSUI 98% DE SUAS TERRAS OCUPADAS PELA MADEIRA E TODOS OS MUNICÍPIOS AO REDOR DESTA REGIÃO SÃO AFETADOS POR ELA. NÃO HÁ CONTROLE PÚBLICO, TORNANDO-SE VASTAS AS ÁREAS DE SUA ABRANGÊNCIA TERRITORIAL SOB DOMÍNIO EMPRESARIAL COM FORÇA E PODER SOBRE AS POPULAÇÕES E RECURSOS NATURAIS, PROMOVENDO A EXCLUSÃO SOCIAL E A PRIVATIZAÇÃO DA NATUREZA. TCC DE **CAROLINI DE MORAIS E SIRLENE ALVES** — ASSENTAMENTO GUANABARA, IMABÚ, PR.



INIQUIDADES

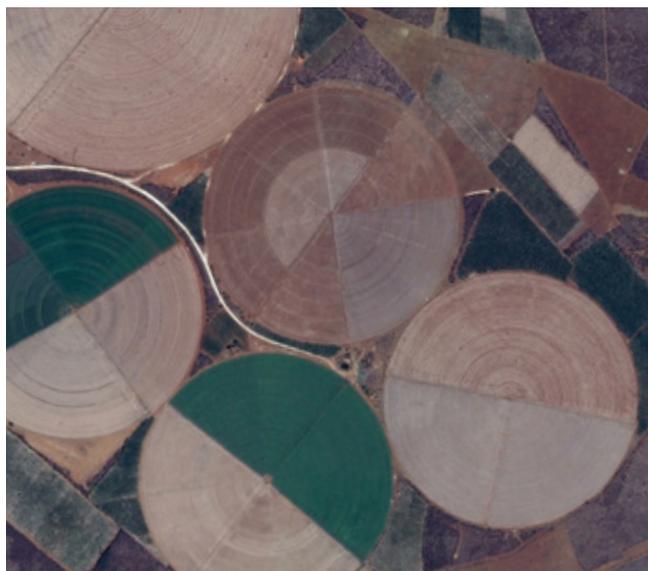
A iniquidade é uma noção multidimensional, na medida em que afeta indivíduos, grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidades, sendo a combinação de fatores que possam produzir uma deterioração de seu nível de bem-estar, em consequência de sua exposição a determinados níveis de vulnerabilidades. Neste sentido, as iniquidades correspondem às diferenças sistemáticas e relevantes, que são simultaneamente, desnecessárias, evitáveis e injustas socialmente. (retirado do Portal e Observatório sobre Iniquidades em Saúde. Disponível em <http://dssbr.org/site/opiniones/a-determinacao-social-no-processo-de-adoecimento-no-contexto-das-populacoes-negligenciadas/>)

O TERRITÓRIO E AS DENÚNCIAS

Foram muitas as situações e contextos de vida mapeados durante os trabalhos de campo e as práticas de diagnóstico desenvolvidas no CTMA. Do caminho das águas ao mapeamento dos agroecossistemas familiares, da descrição das condições de moradia aos aspectos relacionados à infraestrutura e aos equipamentos sociais, das características ambientais dos municípios à contextualização regional da economia — todas essas situações/contextos foram importantes para compreender melhor a forma de organização, as disputas, tensões, práticas e projetos envolvidos no ordenamento territorial dos assentamentos.

É importante, nesse sentido, darmos conta de que quando estamos tratando de um olhar como este, em que se procura por meio das *diferentes escalas* interpretar a relação saúde/ambiente/trabalho, estamos mais implicados ainda em decodificar como determinados processos sociais podem conformar diferentes quadros de saúde, diferentes perfis de adoecimento e cenários de vulnerabilidade, assim como as distintas formas de promoção e reabilitação de ambientes e sistemas no espaço agrário.

Compreender o ordenamento do território — este conjunto de regras e ações que regulam, controlam e influenciam a organização espacial das sociedades — nos colocou diante das *relações de poder*, seja para nos darmos conta das fontes, processos e projetos geradores de **iniquidades**, daquelas determinações que podem gerar agravos à saúde, ou seja, gerar processos de adoecimento; seja para nos darmos conta daqueles processos promotores de saúde, geradores de ambientes saudáveis e de contextos favoráveis à produção agroecológica.



Estas relações de poder de que estamos falando ficam inscritas em estruturas, em objetos técnicos, nas práticas sociais, em tecnologias, em programas de desenvolvimento, nos grandes projetos de infraestrutura, nas políticas públicas e ações de fomento à economia. E para que estas relações possam ser decodificadas, ou traduzidas, usaremos aqui dois sentidos para classificar estas relações: a *denúncia* e o *anúncio*.

Esta proposta concebe o processo de problematização que relaciona os fenômenos entre

si, suas causas e efeitos, o simples e o complexo, o local e o regional, numa espécie de espiral que permite compreender a interdependência contraditória dos diferentes aspectos do território, vale dizer, a forma pela qual o território é produzido mediante o conflito de diferentes ordenamentos e escalas ou, ainda, pelas disputas entre a lógica do capital, por um lado, e a lógica dos locais, de outro, em sentido amplo.

Estes sentidos expressam a *denúncia no hoje* daquilo que estamos vivendo e o *anúncio do*



amanhã naquilo que poderá ser, numa concepção que vê a história como *possibilidade* e o futuro como *problematização*. Expressa aquilo que Paulo Freire chamou de *ação dialógica*, onde não é possível *anúncio* sem *denúncia* — e ambos sem o ensaio de certa posição crítica em face do que está ou vem sendo a realidade, denunciando as transgressões e desigualdades e anunciando o que poderá vir, o pensamento esperançoso, já que “não há utopia fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o *anúncio* de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente por nós, homens e mulheres”, conforme nos ensina Paulo Freire. É entre

Montagem com imagens de satélite do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi no Ceará (esq) e da área de plantação de Pinus na cidade de Arapel, no Paraná (dir). A uniformidade e geometria é uma característica destas imagens que se afastam das demais formas de ocupação humana e natural.

a exploração do homem e da natureza e o reencontro com novos horizontes de sentido que este par dialógico se expressa.

Neste sentido, trataremos agora, nesta seção, a perspectiva da denúncia. A denúncia é aquilo que põe em questão os processos que ameaçam a existência e a reprodução da vida, aquilo relacionado ao seu adoecimento, à sua vulnerabilização. A *denúncia* é o exercício crítico do presente, do hoje, o reconhecer o sentido real e a intencionalidade das ações e dos projetos de dominação e exploração a que estamos submetidos e a maneira pela qual estes estão diretamente associados à perda de bem-estar coletivo, das condições essenciais à vida.

Trata-se da tentativa de tornar público aqueles fatos ocultados da narrativa dominante, que normalmente aparecem nas situações/casos de **conflitos** territoriais ou nas contradições de práticas e formas de uso e ordenamento do território — e que podem, dependendo das determinações, submeter as populações ao adoecimento. A *denúncia* representa diferentes tipos de risco e de situações de vulnerabilidade à saúde gerados por diferentes contextos e sujeitos, por diferentes ações frente às disputas territoriais — e que no fundo geram as chamadas *iniquidades em saúde*.

A perspectiva da qual estamos falando tem a ver com a identificação de contextos e processos que convergem para um contínuo e progressivo avanço da lógica do capital por meio da expropriação de terras, contaminação de águas, solos,

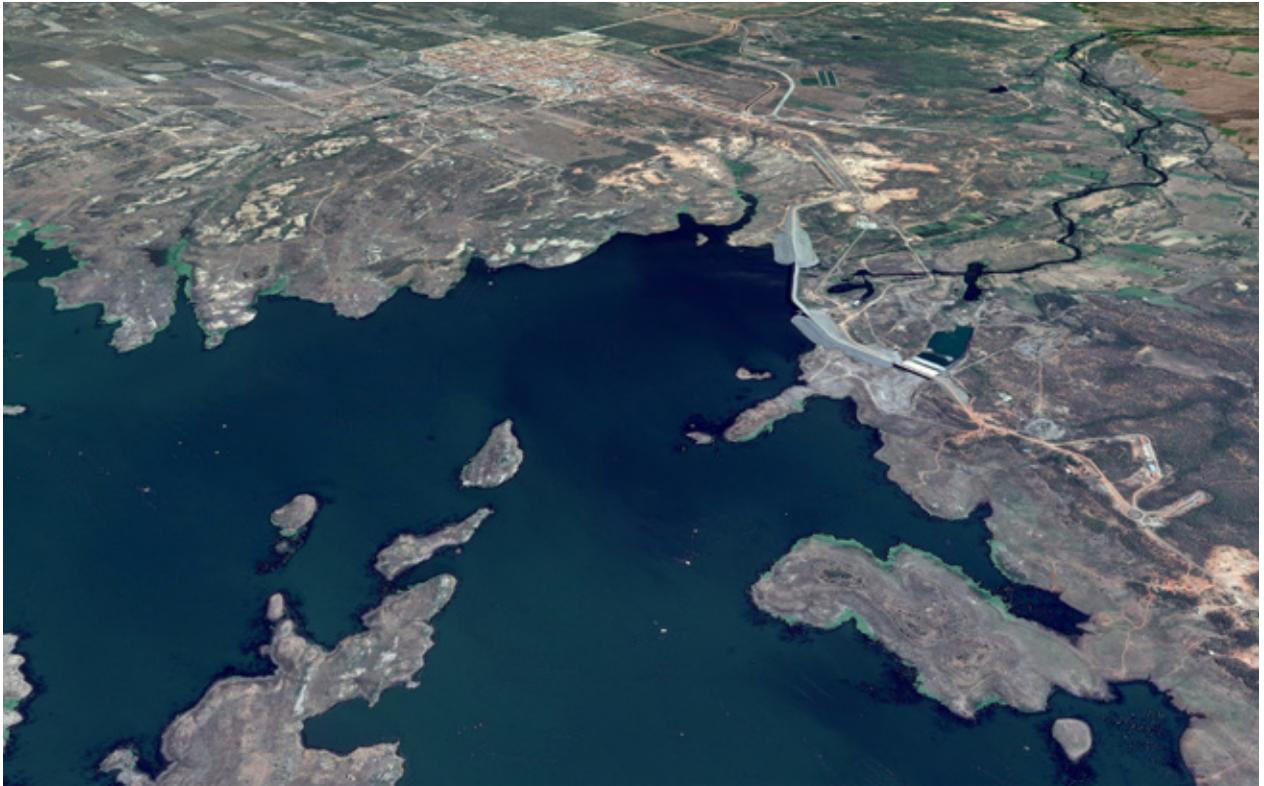
CONFLITO

Enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, em estado prático, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros. Isso tem a ver com as conjunturas e, aqui, as questões relativas às escalas de tempo, assim como as escalas geográficas, se impõem. (retirado do texto Geografia dos Conflitos Sociais na América Latina e Caribe. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>

de recursos pesqueiros, de acessos, de formas de organização. São os "vetores do desenvolvimento", como costumam ser chamados pelos planejadores, investidores e empresários, os projetos de mineração, do agronegócio, das monoculturas, das fábricas de celulose, dos perímetros irrigados, das usinas eólicas, das fazendas de camarão, da pulverização aérea. Se para estes setores esses são "vetores da economia nacional", "vetores do mercado", para aqueles locais — isto é, as populações vulnerabilizadas e atingidas — são vetores de adoecimento, pois criam uma paisagem vulnerável que ameaça a produção social do espaço camponês, de pescadores/as, de marisqueiras, de comunidades inteiras, e impõe condições precárias de trabalho, alteram os usos do território, restringem o acesso à natureza, aumentam o controle e a vigilância sobre lideranças e comunidades. Porque, afinal, trata-se de relações assimétricas entre projetos, intencionalidades e atores.

Estas iniquidades — certamente evitáveis se não fosse o modelo de desenvolvimento hoje em curso em todos os cantos do país — vêm aprofundando perfis diferenciados de adoecimento, sejam eles mais ligados aos aspectos materiais, produtivos, relacionados ao trabalho, sejam eles mais ligados aos fatores simbólicos, culturais e psíquicos, relacionados ao modo de vida, de organização, de identidade e sentidos de pertencimento com o território.

Esta dimensão da denúncia, implicada nas disputas pelo uso, acesso e apropriação do espaço, de seus recursos, de suas riquezas, fizeram parte dos trabalhos de campo, nos três *tempos-comunidade* — e foi diferentemente percebida pelos/as educandos/as na forma de ameaças à vida, ou seja, naquilo que é percebido como "doença", como adoecimento, ou como potencial para adoecer. Neste sentido, pretendemos, aqui, mostrar um exercício sistemático de mapeamento das ameaças registradas nos TCCs, na forma de mapas, mesmo sabendo que nem todas elas estarão contidas e espacializadas nos mapas aqui publicados.



“(…) a Barragem do Castanhão transformou radicalmente a forma de se viver no campo e na cidade. Entre os impactos socioambientais mais visíveis, destacamos a desterritorialização de 18 comunidades rurais, o alto índice de mortalidade de idosos na cidade e atualmente da juventude que devido ao aparecimento de drogas ilícitas esta causando muitos [óbitos], desmatamento, a diminuição de espécies da fauna e flora que existia em abundância no território, causando um grande impacto socioambiental. Com o discurso de trazer desenvolvimento para a região, o Castanhão trouxe um grande retrocesso para as comunidades atingidas direta e indiretamente. No ano de 2013 foi constatada a maior seca nos últimos anos. Comunidades que se localizam aproximadamente 20 km da barragem foram as que mais sofreram com a seca, animais morreram, pessoas passaram sede e enquanto isso a barragem está servindo o complexo portuário do Pecém, através do Canal da Integração que canaliza o deslocamento da água passando por várias comunidades, mas são impedidas de usufruir da mesma, assim ficando claro para quem foi o dito “desenvolvimento” do açude Castanhão. Hoje o tal desenvolvimento não chegou até as famílias atingidas, além das famílias que se organizaram e reivindicaram seu direito. As comunidades que não é de acordo o método organizativo do MAB, vive em situação crítica devido à falta de estrutura nos Assentamentos que sofrem por falta de água, tanto para consumo humano, animal, e da produção agrícola. [Há] Falta de políticas públicas voltadas para juventude e mulheres do campo, como por exemplo; programas de incentivo à permanência da juventude no campo e participação nas tomadas de decisões nos assentamentos e comunidades.” TCC de Francisco Kessio Cirilo e Édpo Fernandes de Oliveira, Reassentamento Alagamar, Jaguaretama/CE.

Percorrendo o itinerário dos diagnósticos da Turma *Raízes da Terra*, no Nordeste, e da Turma *Josué de Castro*, no Sul, realizados nos assentamentos e comunidades rurais, vimos tratar-se de um material rico e abrangente que revela uma complexidade de situações de conflito e de condições de conflitividade, que falam por si só — como pretendem mostrar os mapas — na forma de síntese gráfica das ameaças e fragilidades vivenciadas por diversas populações, classes/grupos sociais, e que denominamos de *contextos de vulnerabilidade à saúde*.

Tomados de forma ampla, estes contextos — apesar de distintos quanto ao nível de exposição, aos agravos imediatos e aos efeitos a longo prazo na saúde da população — representam as principais determinações que influenciam a ocorrência de problemas de saúde. São contextos que transformam as condições de vida e os circuitos metabólicos de vários grupos na sua relação com a natureza, gerando situações de vulnerabilidade, expondo o conjunto das populações rurais a diferentes riscos ambientais e ocupacionais, a complexidades tecnológicas de sistemas, produtos e projetos, a práticas de manejo degradantes ou a ambientes que condicionam processos de adoecimento.

O processo de territorialização destes contextos produz uma configuração territorial desigual, em disputa, marcada por antagonismos que levam/produzem condições de pos-

sibilidade à emergência de conflitos. Práticas de controle e/ou disciplinarização através da definição de espaços individualizados (grandes propriedades, zonas industriais) ou do controle e/ou direcionamento da circulação, de fluxos, através de redes (ferrovias, estradas) têm caracterizado este processo. O território é, deste modo um lugar de projetos e disputas marcadas por relações assimétricas de poder, de onde emergem as contradições da sociedade e se aprofundam as iniquidades em termos de saúde.

Estas desigualdades geram diferenciações e estratificações em termos populacionais e espaciais e atingem, de forma mais evidente, aqueles grupos sociais mais vulnerabilizados em termos econômicos, sociais, políticos e informacionais. Deste modo, os efeitos sobre a saúde — vinculados, no fundo ao modelo de desenvolvimento — são desproporcionais em relação ao conjunto da população, e no caso das po-





pulações do campo, como mostram os mapas, fica ainda mais evidente esta tendência de vulnerabilização e precarização das condições de vida.

É visível, pelos mapas da *denúncia*, que os processos de adoecimento e de conflitos, em ambas as regiões, incorporam múltiplos fatores, causas e determinantes, se articulam em diferentes escalas, se recombina e se transformam, de modo a cada vez mais complexificar o processo saúde-doença, ou seja, mostra um complexo de condicionantes locais e regionais, internos e externos aos assentamentos, combinados ou isolados que, de alguma forma, conformam efeitos e danos à saúde de forma ampliada e distribuída por todo o território.

No Nordeste, podemos observar o avanço das obras de infraestrutura — como ferrovias, portos, estradas — na integração dos interiores nordestinos e nacionais com o espaço costeiro, dos “sertões ao litoral”, mostrando a articulação de escalas entre diferentes setores econômicos e as estratégias de reorganização do capital na região. São sistemas técnicos que integram as cadeias de produção mais poluentes e transformam o território em “recurso”, em base de exploração e degradação. Mobilizam, assim, grandes quantidades de matéria e energia, forçam relações precarizadas de trabalho, impactam comunidades em vários municípios. As ferrovias Transnordestina e de Integração Les-

A INJUSTIÇA AMBIENTAL

“Definiu-se então por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda aos grupos raciais discriminados aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” “(...) Estes efeitos desiguais ocorrem através de múltiplos processos privados de decisão, de programas governamentais e de ações regulatórias de agências públicas. Processos não democráticos de elaboração e aplicação de políticas sob a forma de normas discriminatórias, prioridades não discutidas e vieses tecnocráticos, via de regra produzem consequências desproporcionais sobre os diferentes grupos sociais” (extraído do livro O que é Justiça Ambiental, Garamond, 2009, p.41-73).

te-Oeste cumprem funções logísticas importantes para o escoamento e fluidez da produção primária (soja, carnes, insumos siderúrgicos, mineração) do interior central brasileiro até os portos de Ilhéus (BA) e Suape (PE), com conexão com o Porto do Pecém (CE) – e colocam desafios para pensar o processo saúde-doença por meio dos fluxos que ali decorrem.

Nos assentamentos localizados no espaço costeiro cearense é possível identificar três frentes de modernização do território, a partir da implantação de usinas eólicas, fazendas de produção de camarão e complexos portuários. Estas frentes atingem comunidades rurais e costeiras de pescadores/as, marisqueiras, agricultores/as camponeses/as, moradores/as, pequenos/as comerciantes – e alteram sobretudo a relação destas populações com o ambiente (praias, mangues, mar), seja restringindo o acesso, o uso e o manejo, seja deteriorando as condições ambientais dos ecossistemas. Segundo os diagnósticos, a implantação destes projetos envolve ainda outros fatores/causas potencialmente geradores de adoecimento e de mudança das condições de vida – como as desapropriações de terra na formação dos empreendimentos, levando a população ao deslocamento compulsório, à restrição de uso das áreas comunitárias de pesca, à contaminação das águas por insumos químicos e à concentração fundiária.

No Paraná, as frentes de modernização vinculam o setor florestal ao setor industrial, às oligarquias agrárias e ao poder agrofundiário, especialmente o celulósico-papeleiro e o madeireiro. Estes setores são historicamente dominantes na região desde o final do século XIX e estão diretamente envolvidos com o histórico de degradação e destruição dos ecossistemas da Mata de Araucária e com a dinâmica de concentração de terras em toda a região. São formados por plantas industriais de produção e processamento de celulose e papel, fábricas de chapas de madeira, carvoarias e grandes monocultivos de eucalipto e pínus, distribuídos em grandes fazendas

controladas por empresas privadas e transnacionais. Há inclusive o crescimento das monoculturas de Araucárias, pinheiro nativo do Paraná, principalmente pelo avanço da indústria madeireira.

Esses empreendimentos, segundo os diagnósticos, têm deteriorado as condições de vida no campo, forçando agravos como a contaminação de águas e poluição atmosférica, a redução da biodiversidade local e regional e o empobrecimento dos solos (por conta dos monocultivos), a precarização do trabalho, como nas carvoarias, o êxodo rural e a verticalização e controle das economias municipais pelo grande capital. De uma forma geral, são projetos que homogeneizam a forma de produzir, em função da escala na qual foram projetados (monoculturas em larga escala), pois utilizam grandes quantidades de insumos e energia e descartam resíduos e efluentes de alta toxicidade e persistência no ambiente.

No que se refere à produção agrícola nos assentamentos, os trabalhos mostram a existência de riscos ambientais, ocupacionais e tecnológicos. O uso do fogo, por exemplo no Nordeste, está normalmente associado ao desmatamento ou à limpeza de áreas para plantio, porém esta prática tem causado o ressecamento dos solos, destruído a vegetação (biodiversidade) e as reservas de água, aumentando não só a susceptibilidade à ocorrência de incêndios, mas agravando processos como a desertificação e a perda de biomassa dos solos (fertilidade).

Destacam-se, ainda, riscos ocupacionais, sanitários e ambientais pelo uso generalizado de agrotóxicos, em ambas as regiões. No Paraná, praticamente todos os assentamentos fazem o uso de agrotóxicos nas lavouras, sobretudo nos cultivos de grãos (soja e milho, alguns deles transgênicos). Associado a isso, há situações de contaminação e vulnerabilidade induzidas pela prática da pulverização aérea de agrotóxicos em fazendas vizinhas aos assentamentos, que neste caso ficam submetidos aos efeitos tóxicos da pluma química que se espalha por grandes áreas. Estes contextos impli-

cam em altos níveis de exposição a substâncias tóxicas, de forma permanente, podendo levar à intoxicação e à contaminação ambiental. Em muitos casos, é possível identificar também a entrada dos agrotóxicos por meio da prática do arrendamento de lotes nos assentamentos para o plantio de grãos, numa relação forçada de parceria (integração produtiva) entre assentados/as e grandes cooperativas do agronegócio. A especulação da terra, neste caso, se impõe como condição ao uso e disseminação destes venenos nos assentamentos.

No Nordeste, por outro lado, os agrotóxicos são utilizados em escalas diferentes, normalmente em pequenas lavouras de mandioca, abóbora, milho, ou nos cultivos de frutas para exportação. Destaque merece ser dado para os impactos dos projetos de fruticultura irrigada — os chamados Perímetros Irrigados —, cuja função é produzir, em larga escala, por meio de grandes monocultivos, produtos destinados à exportação (melão, melancia, banana). Os agrotóxicos, além de artificializar o processo de produção, recolocam riscos ocupacionais e coletivos ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas também ampliam a toda a população os riscos de contaminação e intoxicação por conta dos resíduos destes produtos nos alimentos.

Ainda no contexto da produção, os diagnósticos mostram o Nordeste enquanto uma “fronteira mineral”, onde podemos destacar a mineração de urânio, no Ceará, a exploração de gipsita, no Polo Gesseiro de Pernambuco, no oeste do estado, e ainda a mineração Vale Verde, que prevê a exploração de cobre e ferro, em Alagoas. Além de produzir os impactos ao ambiente — como a contaminação de mananciais, desmatamento, poluição —, estes empreendimentos disseminam agravos à saúde, na forma de baixos salários, más condições de trabalho ou mesmo na exposição a riscos ocupacionais (na indústria de calcinação, por exemplo).

Quanto às disputas fundiárias, é ainda preocupante o avanço da especulação imobiliária/fundiária nos assentamentos rurais, seja pelo mercado de terras, associado à chegada e expansão de grandes empreendimentos, seja pelas políticas de desapropriação, coordenadas pelos governos estaduais e federais, normalmente levando as populações ao conflito e ao deslocamento forçado, seja pelo arrendamento de terras, com fins produtivos, especialmente



“A produção de carvão vegetal implica na dispersão de grandes quantidades e energia, iniciando com a derrubada da mata e prosseguindo durante o processo de carbonização, uma vez que as instalações existentes são projetadas apenas para o aproveitamento do carvão vegetal, perdendo-se os elementos voláteis. Durante a carbonização, a madeira, pela ação da temperatura, é decomposta em um produto sólido, o carvão vegetal. Em todo o processo de carbonização é só aproveitado o carvão vegetal; já os gases e os líquidos produzidos nesse processo são poluentes que vão para a atmosfera, em forma de fumaça e vapor; sendo que a parte líquida poderia ser aproveitada, produto pirolenhoso, assim diminuindo a poluição atmosférica e podendo ter mais retorno, pois o produto tem valor comercial” (trecho extraído do TCC de Rogério Francisco, Assentamento Putinga, Calmon, SC)

para a produção de grãos, como no caso do Paraná. As estratégias de integração produtiva junto à indústria e ao agronegócio (produção e plantios terceirizados) tem estimulado este tipo de prática e disputado, no interior dos assentamentos, um estoque de terras complementar e cada vez mais articulado com cadeias produtivas regionais. Estas estratégias são moleculares, atingem alguns lotes da Reforma Agrária — mas vão pouco a pouco vinculando as terras da Reforma Agrária à rápida capilaridade dos setores do agronegócio na construção de novos domínios territoriais.

É possível ainda perceber as precárias condições de manejo e gestão de resíduos nos assentamentos, associadas aos serviços de saneamento dos municípios. Muitos diagnósticos, em ambas as turmas, trouxeram como preocupação os depósitos irregulares de lixo nos interiores e no entorno dos assentamentos e a fragilidade dos serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos oferecidos pelas prefeituras.

Por estes e todos os demais contextos explicitados nos mapas de *denúncia*, cabe-nos, portanto, reconhecer a potência destes diagnósticos e do trabalho de campo como estratégia pedagógica e

política na contextualização do processo saúde-doença nos assentamentos da Reforma Agrária. Esta é uma aposta importante para problematizar as formas de atuação do SUS no campo e os modelos assistenciais mobilizados, tendo em vista que estamos falando de múltiplas determinações, escalas e causalidades, complexas e combinadas em dinâmicas de uso, acesso e controle da base física dos territórios.

Trazer os diagnósticos como um processo de *educação territorializada*, que permite a construção do conhecimento a partir de sujeitos concretos e históricos, a partir de realidades objetivas e de problemas reais que se constroem social, política e historicamente, embebidos por interesses e disputas, reforça o papel do *território* como categoria de aprendizagem, como categoria de integração de processos e conteúdos formativos, mas também indica sua potência analítica (como categoria de análise do social). O território é revelador de contrastes, das disputas, dos agentes e das forças políticas, enfim, é uma *categoria da política*, antes de qualquer coisa, pois pressupõe, sempre, algo relacional, algo que está em constante movimento, em conflito.

"Nós temos duas situações. Em algumas áreas, há uma concentração da propriedade da terra, com a aquisição como forma de controle. A outra situação é o uso da terra na forma de arrendamento ou parceria. Nós estamos vivendo esse momento, em que para algumas atividades eles não estão interessados em adquirir a terra, mas em usar e controlar a partir da produção. Isso está acontecendo principalmente na atividade sucroalcooleira, na produção de cana. Além de adquirirem a terra, eles também estão utilizando na forma de arrendamento. É o uso como forma de conseguir organizar a produção a partir do seu interesse e assim, conseguir maiores lucros. Com isso, as famílias assentadas se tornam alvo permanente de cooptação das empresas que produzem monocultura para exportação. Nossas áreas de assentamento não estão livres de uma ofensiva de territorialização do agronegócio, que busca de várias formas de entrar e controlar os nossos espaços. Precisamos ficar atentos para impedir que isso aconteça e colocar nossas áreas a serviço de nosso projeto de assentamento", afirma o integrante da coordenação nacional do MST, Valdir Misnerovicz". Trecho retirado da entrevista de Ana Maria Straube com Valdir Misnerovicz, integrante da coordenação nacional do MST. Disponível em <http://antigo.mst.org.br/jornal/279/entrevista>

A PRODUÇÃO ORGÂNICA NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS NO ASSENTAMENTO VEM DISCUTINDO E DESENVOLVENDO GRADATIVAMENTE, UM MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS E DO SOLO, COMO ADUBAÇÃO ORGÂNICA, COBERTURA MORTA DO SOLO, EVITANDO AS QUEIMADAS, E PRATICAMENTE ZERANDO O USO DE AGROTÓXICOS DE ALTO TEOR DE CONTAMINAÇÃO. NA PRODUÇÃO DE CHEIRO VERDE E OUTRAS FOLHAGENS QUE SÃO COMERCIALIZADAS NA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR, ESSA PRÁTICA JÁ NÃO EXISTE, POIS É UM DOS CRITÉRIOS PRA PODER COMERCIALIZAR NA FEIRA, JÁ QUE TEM ESSE OBJETIVO DE PRODUZIR ALIMENTOS DE QUALIDADE SEM VENENO. NO ASSENTAMENTO EXISTEM SEIS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS, NESSA IDEIA DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA, NO ASSENTAMENTO, E É VENDIDA DIRETAMENTE AO CONSUMIDOR NA CIDADE ATRAVÉS DA FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E NA PRÓPRIA COMUNIDADE SEM A FIGURA DO ATRAVESSADOR. COM ISSO CONSEGUIE-SE MANTER PARTE DOS JOVENS NO PRÓPRIO ASSENTAMENTO. TRECHO EXTRAÍDO DO TCC DE **ANTONIO FERNANDO SILVA SOUSA** — ASSENTAMENTO GROSSOS, CANINDÉ, CE.

EM 100% DOS ENTREVISTADOS HÁ UM CONSENSO ONDE TODOS FALAM QUE É UM LUGAR ÓTIMO PARA SE MORAR E SENTEM ORGULHO DE FAZER PARTE, QUE SEMPRE MORARAM ALI E NUNCA PENSARAM EM SAIR DALI, SENDO UM ESPAÇO COM A NATUREZA PRESERVADA COM O SISTEMA FAXINAL E TER UM AR PURO, TER DISPONIBILIDADE DE RECURSOS NATURAIS, NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DE QUALIDADE E BOA VIVÊNCIA ENTRE VÁRIOS GRUPOS, QUASE QUE NADA DE USO DE AGROTÓXICOS NA ÁREA DE FAXINAL. AS FAMÍLIAS RELATAM QUE A MAIOR SAÚDE É CONVIVER COM A NATUREZA, SABENDO TRABALHAR COM ELA, E NÃO CONTRA ELA, SABENDO APROVEITAR OS ESPAÇOS AMBIENTAIS, MANTENDO UMA INTERAÇÃO ENTRE HOMEM E A NATUREZA. A MAIOR PERCEPÇÃO DE SAÚDE DA COMUNIDADE É A CONVIVÊNCIA ENTRE PARENTES E AMIGOS, ONDE SE DESTACAM ALGUNS GRUPOS MAIS UNIDOS NAS ATIVIDADES, DE LAZER E TRABALHO, COM AS ALGUMAS MANEIRAS DE SE DIVERTIR, COM BRINCADEIRAS, JOGOS, CONVERSA, RODA DE CHIMARRÃO E ETC. NA COMUNIDADE EXISTE MUITO COMPANHEIRISMO (...) TRECHO EXTRAÍDO DO TCC DE **IONES NOIMANN** — FAXINAL SAUDADE SANTA ANITA, TURVO, PR.



O TERRITÓRIO E OS ANÚNCIOS

As ameaças ao território, que apresentamos na seção anterior, nos mostraram a complexidade dos contextos de vulnerabilidade vivenciados pelas diferentes populações do campo, cuja marca se expressa em desigualdades, conflitos e injustiças; em práticas de manejo nocivas ao solo, às águas e ao ser humano; nas dificuldades de acesso e uso dos recursos no território; na contaminação ambiental dos espaços de vida e trabalho das comunidades, no aumento do êxodo rural, no arrendamento de terras.

Os diagnósticos de ambas as Turmas (Ceará e Paraná) apontam para um quadro de iniquidades que traduzem a necessidade de romper com práticas e

costumes cristalizados, com fórmulas prontas — e avançar nos direitos fundamentais, como a *saúde* e a *educação do campo*. Instigam-nos, desta forma, a pensar, a partir do próprio mundo conhecido, o imperativo da problematização do *novo*, como momento de criatividade, ousadia, rebeldia e esperança.

É assim, por exemplo, que Paulo Freire nos provoca ao dizer que *não há denúncia sem anúncio*, não há possibilidade de afirmação do novo sem interrogar criticamente o presente da maneira como ele está sendo — ou seja, diz que a possibilidade de dizer *não* à realidade objetiva no hoje deve ser uma problematização que busca permanentemente dizer *sim* no amanhã. Isso porque, necessariamente, a *denúncia*, ela mesma, não é capaz de mudar a história, mas faz parte de uma compreensão maior que prepara o sujeito para a intervenção no

mundo; é ela que nos coloca em choque, em permanente “imersão” no hoje, “molhados no tempo em que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas” (Paulo Freire).

A tarefa histórica de pensar o amanhã exige pensar o passado — o que implica em recuperar a memória das lutas sociais, a mística, os conhecimentos perdidos, a ancestralidade, a comunicação intergeracional — e o presente, o mundo tal qual ele é e está sendo, como algo mais próximo ou mais remoto, inscrito historicamente como possibilidade e como problema. Pensar o amanhã é profético e utópico, é mudar os paradigmas, é pensar os *anúncios* de como poderíamos viver num mundo melhor, não necessariamente apontando aquilo que realmente será, mas aquilo que poderá vir a ser ou aquilo que está sendo referência para o novo — o *experimento*.

Pensar os *anúncios* — a esperança de um mundo melhor — não é coisa de um velho profético barbudo, com cajado na mão, de olhos abertos e professando um discurso superior à história dos homens e mulheres. O *anúncio* vem da experiência social e histórica dos povos; está fundado no que se vive, no que se vê, no que se escuta, no que se percebe. O *anúncio* é a esperança que brota na compreensão da história como possibilidade, como capacidade de observar, de conhecer, de avaliar, de decidir, de romper, de ser ético/a e de transgredir a própria ética; e do futuro como problematização, como capacidade de conhecer, intervir e transformar o mundo presente. O *anúncio* é uma forma sistemática de manter vivos os sonhos, as utopias, as alternativas e, portanto, nosso horizonte de esperança. Ou seja, anunciar é sempre um projeto de busca permanente pela mudança, pela transformação, o que puramente mexe nas ordens e processos instituídos, nas formas cristalizadas de mundo.

É com este sentimento de mudança, movimento e transformação que apresentamos agora nesta seção a perspectiva do *anúncio* presente nos diagnósticos. O *anúncio* são aquelas situações, práti-

cas, experiências, projetos e iniciativas existentes nos assentamentos e comunidades rurais que, de alguma forma, potencializam e possibilitam os processos de produção da vida, envolvendo práticas de cuidado, de recuperação, de prevenção, de diversificação, de rotação de cultivos e manejo de ambientes, paisagens e recursos — ou seja, é tudo aquilo que promove a vida, aquilo relacionado ao mundo da convivência, do coletivo, da justiça, das soluções locais, da auto-organização, da alimentação saudável, da prática agroecológica. O *anúncio* é o exercício cotidiano da autonomia feita por estas populações, de reconhecer a coprodução com a natureza, de reconhecer seus limites, seus ciclos; é o exercício da criação, do experimento, da experiência “quase impossível” das redes de cooperação, das políticas públicas.

Isso porque não é possível sonhar com um mundo melhor sem olhar para a nossa própria prática e reconhecê-la como potência criadora, como caminho e como desvio, como pedagogia radical que pressupõe subverter a ordem injusta vigente em todos os níveis. O *anúncio*, portanto é *r-existência*, é resistir afirmando a existência de possibilidades, de outros mundos.

No contexto do CTMA, conforme os diagnósticos mostram, o *anúncio* foi percebido de várias formas, mas com um sentido comum de “potencialidade”, como aquilo que é apreendido como possibilidade de realização ou de transformação da realidade, um poder mesmo de mudar as coisas, um exercício de resistência. Este sentido traz como questão o modo como as famílias do campo promovem a vida nas comunidades e proporcionam mudanças nos determinantes da saúde. Estas potencialidades se expressam em experiências já estabelecidas, em tecnologias sociais; em práticas de manejo agroflorestal, no exercício do planejamento familiar, no trabalho cooperativo, nos experimentos agroecológicos. Trata-se de várias iniciativas e projetos experimentais, individuais ou comunitários que fundam uma relação diferen-



"Tentar organizar as famílias para que eles possam voltar a acreditar nos trabalhos da assistência técnica. Ajudando a resolver os problemas de seus assentamentos. Uma de nossas principais observações foi a implantação dos quintais produtivos, e em uma das casas existia um biodigestor, foi interessante observar porque cada morador montou o seu quintal produtivo de forma diferente. Em um assentamento teve uma grande participação de mulheres e jovens. Porque nos outros assentamentos visitados a participação era mais de homens". Trecho extraído do depoimento de Maria da Ilha, Turma Raízes da Terra, CE

ciada com o ambiente e com o outro, buscando otimizar o uso de matéria, de insumos, de material exterior, bem como integram ciclos e evitam o gasto de energia. São estratégias de convivência, são técnicas de plantio, experimentos individuais, formas de manejo da água e dos resíduos; são relações de cooperação, acesso a políticas públicas, garantia de direitos.

A perspectiva da qual estamos falando tem a ver com a identificação daqueles processos, daquelas técnicas, práticas e experiências que intervêm na vida produtiva, social, organizativa e ambiental dos assentamentos, proporcionando caminhos saudáveis para o manejo do solo, das águas, da vegetação e das culturas, formas de uso da natureza como o extrativismo artesanal, tecnologias sociais (cisternas de placa para captação de água de chuva, ou o círculo de bananeiras para tratamento das águas cinzas) — bem como as iniciativas de organização e mobilização social (cooperativas familiares, associações comunitárias, clube de mães, coletivos da juventude, grupos religiosos e de agricultores/as, fábricas de castanha, de farinha e de mel). Enfim, há uma infinidade de estratégias locais, individuais e coletivas, que

vêm sendo cotidianamente experimentadas por várias populações do campo.

É a promoção da saúde e de ambientes saudáveis o objetivo concreto inscrito nestas estratégias das comunidades, nestes *anúncios* construídos pela prática camponesa em situações concretas. Em boa parte delas, a prevenção de riscos e do adoecimento é controlada e gerenciada — e até mesmo eliminada, dependendo da forma de uso e transformação da base material. Estas práticas melhoram a qualidade do solo, das águas, controlam vetores transmissores de doenças, amenizam temperaturas, incorporam matéria orgânica nos solos, produzem de forma saudável e segura como no caso das experiências agroecológicas e orgânicas de produção, assim como introduzem alternativas de convivência.

"Durante a terceira etapa de tempo-escola a turma continuou a discussão e somente ao final da etapa foi definido que seria desenvolvido e implantado não um, mas sim dois projetos: círculo de bananeiras, para solucionar uma deficiência estrutural do CEAGRO, mas também como uma experiência de saneamento ecológico, e horta mandala (plantas medicinais), em benefício do Centro e principalmente como uma experiência de ferramenta política para a região.

Na experiência de estágio vivenciada na ATER-CEAGRO, a turma, já com 23 educandos, foi dividida em dois grupos e passada a tarefa de que cada um desenvolvesse e sistematizasse um dos projetos. Neste processo, os grupos tiveram a contribuição de dois profissionais que atuam nos assentamentos da região pela ATER-CEAGRO: Vanessa (veterinária) e Leonardo (agrônomo). Na quarta etapa de TE já em reta final do Curso, iniciamos o processo de implantação dos projetos. Com a ajuda do companheiro Nei, da Escola Milton Santos (outro Centro de Formação do MST no estado), que contribuiu diretamente na implantação do círculo de bananeiras.

Essa técnica originou-se da observação dos efeitos dos fortes ventos sobre a cultura dos cocos. Numa clareira, os coqueiros caídos davam origem a círculos de coqueiros que nasciam, se desenvolviam e produziam melhor do que quando sós. O padrão natural observado foi que no centro do círculo se depositavam folhas, ramos, frutos etc. que retinham a umidade e concentravam nutrientes, beneficiando a cultura dos coqueiros. No caso das bananeiras, percebeu-se que elas, como outras plantas de folhas largas como o mamoeiro, evaporavam grandes quantidades de água e estabeleceu-se assim uma relação com as águas cinzas das residências. Essa ligação é feita entre a necessidade de se tratar as águas que saem das pias e chuveiros das residências com a grande capacidade de evaporar (tratar) dos círculos de bananeiras. E isso é uma das bases do design na permacultura: estabelecer relações positivas, sinérgicas, entre os elementos de um sistema vivo".

Trecho retirado do Relatório Sistematização do desenvolvimento dos projetos Círculo de bananeiras e Horta mandala . CTMA/PR, organizado pela Turma Josué de Castro.



Tecnologias sociais no tratamento de águas residuárias e manejo sustentável de resíduos sólidos: O Círculo de Bananeiras e a Horta Mandala Minhocário Plantas Medicinais – CEAGRO, Rio Bonito do Iguaçu, Paraná



Sistemas Agroflorestais (SAF) — Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre, Paraná

"A propriedade tem um pomar que abrange o espaço de um alqueire, com a variedade de frutos de: bananeira ouro 300 pés, mexiriquinha 200 pés, manga 80 pés, poncã 30 pés, laranjeiras, monte Negrini, limão Taiti, caju, imbu, pêssego, pera, caqui, ameixa rocha 70 pés, ameixa cidra abacaxi, uva rocha, uva cavalo, melancia, melão, carambola, jaca-ratiá, maracujá, jabuticaba, acerola, goiaba, elixir, lima, coco da baía, palmeira real, amoreira e outras. As frutas são entregues para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); quase todas as mudas de árvores frutíferas são produzidas por seu João mesmo, em seu viveiro de mudas de enxerto. Árvores nativas: angico,

gurucaia, cedro, canelão, ipê, sapuá, lixeira, sapuvão. Para o autoconsumo, informalmente é cultivado: arroz bico preto da cana rocha, feijão, abóbora, 300 pés de mandioca amarela, quiabo, chuchu e inhame do seco. O manejo destes subsistemas é realizado de forma natural. Horta: alho, cebola, repolho, tomate. Ervas medicinais: bálsamo boldo, cidreira, hortelã, erva doce, remédio de rim." Trecho extraído do TCC de Rose Riepe, Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre/PR.

"Estivemos no lote de seu João Maria Veloso; aonde o técnico Roberto nos explicou a atividade a ser realizada, que foi a continuação da implantação de um SAF. Após a apresentação, juntamente com o técnico Leonardo, que é o responsável

pela implantação do SAF, nos dirigimos para o local; ele nos orientou para que realizássemos as seguintes tarefas: enquanto alguns iam capinando e roçando o local, os outros foram fazendo covas e abrindo pequenas valetas para a plantação de mudas de bananeira, sementes de café, algumas sementes da família da cucurbitácea, amendoim, mandioca e algumas verduras; no entremeio, algumas mudas de árvores, que já estavam plantadas, com a distância média de uma para outra de um metro, com entrelinhas de quatro metros de distância uma da outra. Nessas entrelinhas, foi feito o consorciamento de várias plantas". Trecho do relatório de estágio na ATER de Rogério Francisco, Assentamento Putinga-Calmon/SC



Tecnologias sociais na produção de alimentos: os Quintais Produtivos na promoção da saúde e da segurança alimentar – Comunidade Palmares, Apodi, Rio Grande do Norte

A – Zona de Produção Animal: Criação de Caprinos, Bovinos e Aves

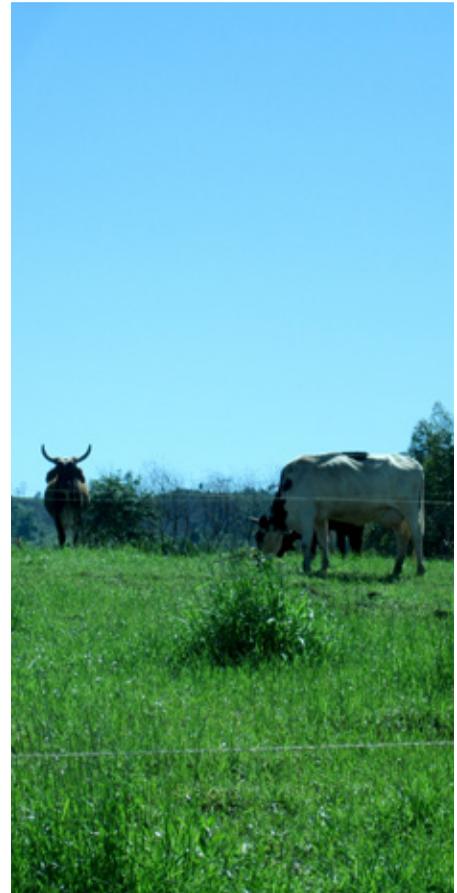
B – Zona de Produção Vegetal: Temperos, Hortaliças e Plantas Medicinais

C – Práticas de Manejo Biocompostagem e Adubação Orgânica

D – Zona Arborizada: Espécies frutíferas e Tecnologias Sociais

*Tecnologias sociais na produção leiteira:
Pastoreio Rotacionado Voisan – Assentamento
Ireno Alves – Rio Bonito do Iguaçu – PR*

*Tecnologias sociais de tratamento de esgoto
doméstico por Fossa Verde – Assentamento 25
de Maio, Madalena – CE*



Esta dimensão do *anúncio*, implicada nas estratégias de produção de ambientes saudáveis, fez parte do método do trabalho de campo nos três *tempos-comunidade* e foi diferentemente percebida pelos/as educandos/as na forma de processos/experiências mapeadas e classificadas nos diagnósticos como “possibilidade ou potencial de promoção da saúde” – ou simplesmente “potencialidades”.

É nesta linha de raciocínio que apresentamos o mapa dos *anúncios* do CTMA, ou seja, as conquistas, avanços, experimentos bem sucedidos, modelos de uso comunitário de recursos, tecnologias de saneamento, técnicas de manejo agroecológico, desenho de sistemas de produção saudáveis, enfim, diferentes formas de produção e trabalho, de sentidos e práticas que nos ajudam a pensar a *saúde do campo* de forma integrada e complexa, mediada por relações e determinações envolvendo a produção, o trabalho, a cooperação, os processos de habitação, organização, mobilização e protagonismo das famílias.

PROMOÇÃO DA SAÚDE

“A compreensão da Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida na América Latina pressupõe o reconhecimento do imperativo ético de responder às necessidades sociais no marco dos direitos universais fundamentais, entendendo-se o direito à saúde como expressão direta do direito fundamental à vida. A resposta às necessidades sociais derivadas dos direitos se totaliza no enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e da qualidade de vida”. (marco conceitual da Promoção da Saúde elaborado pelo GT de Promoção da Saúde da ABRASCO)



MAPAS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS

TECNOLOGIAS SOCIAIS

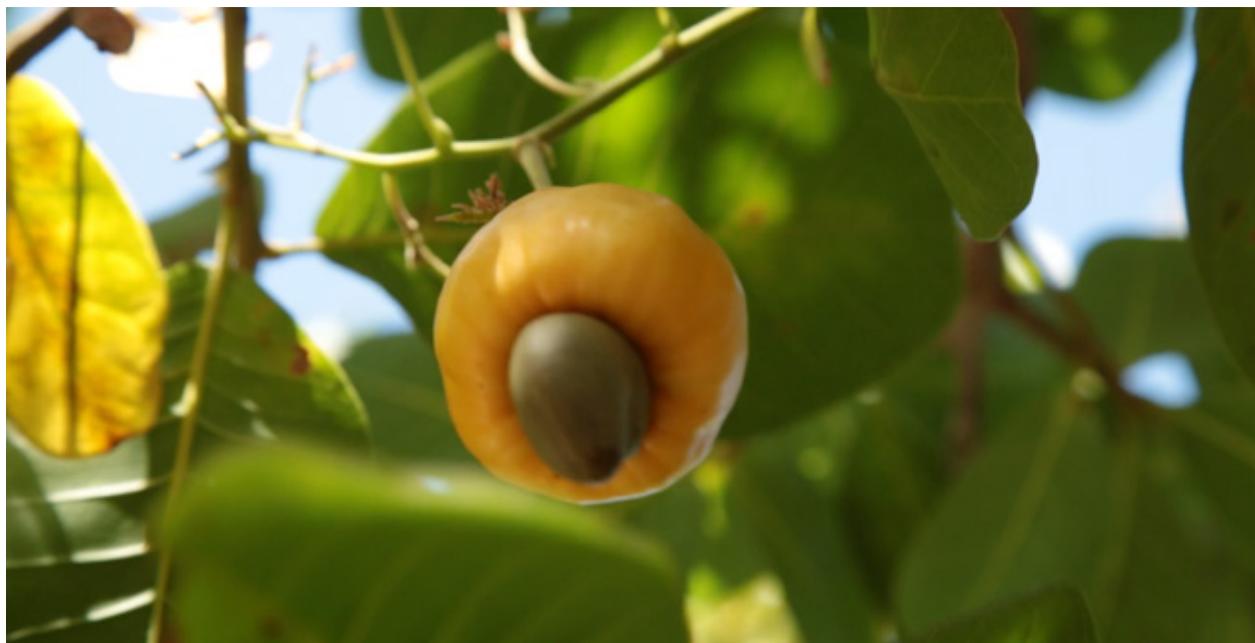
"As tecnologias sociais vêm gradualmente se destacando no Brasil enquanto movimento social, e, mais recentemente, enquanto política pública. Compreendem produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Em termos gerais, podem se caracterizar pela aplicação de técnicas de baixo custo, de manutenção simples, de escolha e apropriação pela comunidade, de pequena e média escala, de baixo impacto no meio ambiente, geradora de força de trabalho, distributiva de renda e de conhecimento, de insumos naturais preferencialmente existentes nos territórios e que valorizem as culturas locais e as vocações regionais". (relato de Alexandre Pessoa, coordenador do CTMA)

Os mapas apresentados trazem um repertório de práticas, de situações, de experiências e projetos em torno das complexidades e necessidades do fazer camponês, mostrando diferentes formas de convivência e adaptação aos distintos contextos envolvidos.

De forma autônoma e/ou em cooperação com equipes de assistência técnica e extensão rural (ATER) ou com parceiros – como universidades, organizações de assessoria popular –, diversos assentamentos do Paraná e no Ceará têm construído um longo percurso de experimentação em torno de práticas populares e de **tecnologias sociais**. Iniciativas como os quintais produtivos, a produção de temperos, plantas medicinais, hortaliças e chás caseiros, ou mesmo o manejo comunitário das águas, como as cisternas de placa e de enxurrada; a implantação de tecnologias de tratamento de águas residuárias, como os círculos de bananeiras – todas elas vêm traduzir experiências de convivência, de adaptação, de apostas e tentativas cada vez mais integradas aos distintos ecossistemas, com seus extremos e dinâmicas, e vão fortalecendo um modo próprio de territorialização em saúde (em sentido amplo) nestas áreas.

"A cisterna de água de chuva é um reservatório semienterrado para armazenar água de chuva, em geral, com capacidade de 16 mil litros. Esta água pode ser utilizada para beber, preparar alimentos, para higiene pessoal e afazeres domésticos. Para tanto, é necessário conhecer a cisterna em detalhes, os seus componentes e funções, a manutenção necessária, bem como os fatores de riscos envolvidos, para que se possa garantir uma água com qualidade. Toda habitação para ser promotora de saúde precisa ser bem cuidada e conservada. No caso das cisternas, não é diferente. Ela requer uma manutenção simples, porém é fundamental a conservação do telhado, das calhas, das tubulações, da cisterna em sua volta". TCC de Hamilton Teles Assentamento Alvaça Goiabeiras, Santana do Acarau/CE

"Na maior parte as famílias produzem plantas frutíferas, hortaliças e legumes, galinhas caipira, suínos, aves, ovinos, bovinos, caprinos em área dos quintais de tamanho 2.100 m². Observou-se também que todas as famílias entrevistadas estocam ou vendem a produção, assim como produzem mudas de coco e banana para o complemento de renda. Os dados apurados nas entrevistas revelam que, parte das famílias entrevistadas consome frutas e legumes de três a quatro vezes por semana e também fazem de três a quatro refeições por dia e a maioria cultiva hortaliças e plantas frutíferas nos seus próprios quintais. E criam animais para o consumo humano". TCC de Edpo Fernandes e Francisco Kessio, Reassentamento Novo Alagamar, Jaguaratama/CE





**NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE
PRODUZIR AGROECOLOGIA
PLENA ONDE SE PREDOMINA
O GRANDE CAPITAL**

*Trechos da entrevista com Chicão,
do Setor de Produção do MST.*

*Falando em construção do
novo, como é o processo de
transição?*

"A transição é um momento muito importante, porque ela tem muito a ver com o método que a gente vai trabalhando. Eu sempre digo que a transição é um processo que não dá pra você definir um período de

um ano, dois anos, três anos, ela é um processo, onde você construindo, educando, e vai aprendendo. A principal questão do método é quando começam a aparecer os resultados do ponto de vista da filosofia, da economia, do aprendizado, no qual você vai adquirindo conhecimento. Porque não se pode fazer o que faz o agronegócio, que transfere um pacote tecnológico. Então o período de transição é um período muito importante em função de você fazer a descoberta de muitos conhecimentos. E acho que aqui está colocada

uma questão, nesse período de transição. Não podemos colocar um período definido, porque a agricultura não é como uma indústria, que você coloca matéria prima e sai o produto na frente agroindustrializado. Vejamos o seguinte: no Nordeste, são três anos de seca, então nesses três anos você teve pouca experiência. Você não teve como ficar conhecendo, buscando resultados. Por isso não pode ser uma metodologia que você aplica em qualquer bioma, em qualquer região. Nosso país é um continente, de extensão muito

grande, e a agroecologia tem que ter essa riqueza, de observar as regiões, os sistemas que se desenvolvem ali, os conhecimentos que tem aí, pra você fazer esse processo de transição. Então o processo de transição pode ser totalmente diferente do sul, sudeste, pro centro-oeste, mesmo dentro da própria região nós temos muito microclimas, muitos tipos de solo diferentes, aonde você desenvolve técnicas diferentes, então a agroecologia é essa riqueza de conhecimento. Não é um pacote tecnológico que a gente pensa e elabora e você aplica no país inteiro.

O que é que o MST veio trazer ao III Encontro Nacional de Agroecologia?

Aqui se configura como um local aonde a gente aprende muito. Nós trouxemos o nosso aprendizado que nós temos nos assentamentos, as experiências que nós temos de agroecologia sendo desenvolvidas, nossos cursos de formação em agroecologia e assim todo o universo que nós temos trabalhado dentro dos nossos assentamentos na perspectiva de ter um sistema diferente de produção através da agroecologia e produção orgâni-

ca. E daqui a gente também leva muito conhecimento das organizações que estão aqui, em diferentes regiões do país, que desenvolvem em outros biomas, então aqui há obviamente uma grande diversidade, e é um espaço muito grande e interessantíssimo de ponto de vista de aprendizado. De aprender, de conhecer, de ver que o mundo não é o assentamento, que não é o estado, não é o bioma. Então aqui é uma possibilidade de ampliar os horizontes, de conhecer e aprender, acho que aqui é um espaço excelente nessa perspectiva. O agronegócio diz que somos loucos e que queremos matar o mundo de fome. É possível alimentar a humanidade com produção de alimentos agroecológicos? Eu não tenho dúvida. Nós já desenvolvemos algumas atividades agroecológicas que já indicam isso. Os nossos adversários sempre falam isso porque eles se acham os únicos. São as contradições que movem o mundo, então o próprio latifúndio criou essa contradição, e ela moveu um novo tipo de agricultura, que se faz nos assentamentos, nas áreas indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assim por diante. Nós temos, por exemplo, as-

sentamentos que são coletivos que têm grande produção de arroz. Produzimos esse ano no Rio Grande do Sul mais de 300.000 toneladas de arroz agroecológico. Mas a gente não pode somente estar fixado na produção do grão. Esse processo está fazendo com que se garanta a água de qualidade na região da Grande Porto Alegre. Antes, os fazendeiros do agronegócio aplicavam venenos em grandes quantidades na produção de arroz e nós entramos com a produção agroecológica, na qual tiramos um produto, que é o arroz agroecológico, e entregamos uma água de boa qualidade para a população. Acho que esse é o grande legado que os assentamentos do MST estão entregando para as gerações futuras. É importante produzir o produto agroecológico, mas o mais importante de tudo é deixar para as gerações futuras esse conhecimento, e a terra totalmente descontaminada de agrotóxicos que o agronegócio deixa”.

Trechos retirados da entrevista feita por Alan Tygel, com Chico, coordenador do setor de produção do MST. Disponível em <http://e.eita.org.br/chicaomst>



A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

A prática da transição agroecológica tem sido uma busca permanente de diversas famílias camponesas, normalmente pela implantação de sistemas diversificados de produção, como os quintais produtivos ou, ainda, na melhoria do manejo e da produtividade, como o pastoreio rotacionado, na produção do leite orgânico, no Paraná; no acesso às políticas de comercialização institucionais (PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos); na conservação de áreas ambientais, matas ciliares, reserva legal, ou até mesmo nas formas organizativas, como as cooperativas, agroindústrias familiares (castanha, farinha, mel), grupos de jovens e organizações de mulheres (clube de mães).

Segundo as pesquisas realizadas pela Turma *Raízes da Terra*, no Nordeste, as tecnologias de convivência com o semiárido se espalham em quase todas as comunidades, onde as mais encontradas nos territórios são as cisternas de captação de água da chuva e os quintais produtivos. Não somente estas, mas todas as tecnologias existentes — as casas

de sementes, os artefatos de artesanato de barro (pote, filtro, talha), tecnologias de armazenamento e estocagem (tanque de pedra, barragem subterrâneas), como aquelas de tratamento de água (semente de moringa, desinfecção solar, filtro de barro) — todas elas têm permitido qualificar e democratizar as estratégias de uso e manejo da Caatinga, e compreender seus ciclos, seus limites e potencialidades, diferentemente dos grandes projetos e obras, que tendem a romper os ciclos, ultrapassando a capacidade de suporte dos ecossistemas. A adoção destas tecnologias tem reforçado a relação indissociável entre a segurança hídrica e a segurança alimentar, entre o autoconsumo e a sobrevivência, entre autonomia e dependência, ou



seja, tem apontado uma forma de *poder fazer* e de *poder viver* em regime de coprodução com a natureza.

É também pelo extrativismo comunitário — por meio da pesca artesanal, da mariscagem, da coleta de frutos e sementes, da produção de mel — que esta coprodução se estabelece. Esta prática tem fortalecido não só as economias locais e as redes de cooperação e trabalho, mas também mostrado o potencial destas práticas na proteção e conservação dos ambientes. Faz total diferença pensar a capacidade de suporte e de autoregeneração das praias e mangues do litoral do Ceará diante do extrativismo comunitário e diante das fazendas de camarão e dos parques eólicos. São usos completamente distintos, quanto à capacidade de impactar, poluir e degradar o ambiente. Um se combina ao ambiente por meio dos ciclos das espécies, da reprodução e da sazonalidade. O outro estabelece um novo ciclo, artificial e ho-

mogêneo, que tende a destruir/reduzir os ciclos existentes. É por isso mesmo que estas práticas extrativistas comunitárias são *anúncios* e devem existir e continuar sendo a estratégia prioritária na proteção e conservação de ecossistemas.

No Paraná, os assentamentos estão aperfeiçoando o manejo e a produtividade das unidades familiares, com o apoio das equipes de ATER e das universidades, como a UFFS. Alguns assentamentos da região de Rio Bonito do Iguaçu têm trabalhado a produção do leite orgânico, por meio da tecnologia PRV (Pastoreio Racional Voisan). Esta técnica tem permitido aos agricultores obter ganhos de produtividade, melhoria no controle de doenças, no balanço nutricional e no conforto das criações, gerando um leite de melhor qualidade sanitária. Já em outras comunidades, o potencial de sustentabilidade está na rotação de culturas, sobretudo de grãos, e na diversificação das lavouras. No Ceará, a criação animal é diversificada, compreendendo desde a avicultura, a bovinocultura e a caprinocultura, manejada de forma artesanal — e boa parte dela apropriada como fonte de proteínas pelas famílias.

É também visível a forma como a temática da água aparece nos diferentes contextos socioambientais, tal como visto nos mapas. No Nordeste, a cultura da estocagem explica em boa medida as tecnologias sociais experimentadas, seja para armazenar sementes, seja água, seja biomassa e forragem para as criações. No contexto das pesquisas, a captação de água de chuva foi vista como central na permanência/sustentabilidade/reprodução das famílias camponesas — e nos indica uma política comum e sistemática de convivência com o semiárido. Porém, a disponibilidade de médios e pequenos açudes comunitários tem dado longevidade aos sistemas produtivos e garantido o abastecimento hídrico familiar. Em alguns assentamentos, no Piauí, por exemplo, as fontes de abastecimento de água advêm de poços profundos.

O VALOR DA CULTURA E HERANÇA CAMPONESA

No que pese a importância de todos estes *anúncios* na criação e produção de ambientes saudáveis, cabe-nos reconhecer — mesmo num cenário de profunda vulnerabilidade socioambiental — a centralidade da cultura e da herança camponesa na promoção da *saúde do campo*. A unidade de produção agrícola familiar é uma importante referência de autonomia e de coprodução, como nos informa o sociólogo rural Jan Douwe Ploeg. A interação com a natureza é sempre viva, no sentido de otimizar constantemente a relação com o mundo exterior, criar novas combinações de recursos, realimentar as energias e matérias usadas, evitando desperdícios e a geração de resíduos. Por isso, a contribuição do economista agrário Alexander Chayanov se faz fundamental em um momento de profundas transformações econômicas e geopolíticas, onde a categoria social *agricultor(a)* exige ser aprofundada teoricamente e redimensionada diante do contexto complexo de modernização conservadora.

Neste sentido, os *anúncios* diagnosticados por ambas as Turmas (Ceará e Paraná) apontam um esforço permanente de acoplamento, de testes, experimentos e manejo da natureza, de forma que as ligações metabólicas não se rompam (que aqui, seria o aumento da perda de solos, contaminação das águas, desmatamentos, perda de fertilidade). Pela coprodução, os camponeses caminham para uma natureza manejada, sem provocar grandes mu-



danças na estrutura, arquitetura, dinâmica e evolução dos agroecossistemas de que se apropriam. As transformações são limitadas (domesticação de plantas e animais, manipulação de espécies, produção de artefatos simples, objetos úteis, práticas populares, tecnologias sociais), pois basicamente a intervenção nos ecossistemas e no próprio planeta é produto de sua base energética: a energia solar. Esta qualidade do modo camponês de fazer apropriar-se da natureza sem afetar sua capacidade intrínseca ou natural de automanter-se, autorreparar-se e autorreproduzir-se. O camponês, visando sempre a sua autonomia, evita a artificialização, para que a natureza não o penalize por decisões equivocadas. Por isso, as técnicas e práticas camponesas procuram decifrar o potencial agroecológico das unidades manejadas, para conseguir compreender melhor as aptidões, limites, vulnerabilidades e possibilidades de uso e ocupação do meio. Por este motivo, quase sempre o metabolismo camponês busca a *artesanalidade*, uma natureza artesanal de produção que a todo tempo busca criar e recriar as formas de usar a natureza — o que na prática é evitando a homogeneização e a especialização. Desta forma, o metabolismo camponês é baseado na pluria-



tividade, na diversidade de cultivos e atividades, nas trocas que otimizem a produtividade energética/material no território, ou seja, a todo o tempo a luta do camponês é para cada vez mais se “impregnar” nos processos agroecossistêmicos de modo a ajustar a magnitude, duração e intensidade do ato de apropriar-se aos ritmos, limites e capacidades de sua base de recursos. No fundo, os *anúncios* mostram como os camponeses e camponesas formulam uma base de recursos autocontrolada para aprimorar e articular o processo de *produção* com o de *reprodução* como estratégia de autonomia.

Olhando desta forma, o desafio ambiental de nosso tempo exige a reformulação da ordem econômica vigente, contraproducente e deterioradora da natureza, e uma mirada necessária para este tipo de interação com a natureza. E tais comunidades têm reafirmado — por meio de seus repertórios de práticas e experiências seculares em diálogo com o moderno, sem com isso implicar numa perda de identidade — têm reafirmado, reiteramos, a escolha da unidade de produção familiar que se reproduz em meio à modernização agrícola, para fazê-la não produtora de desigualdades sociais e dependente quimicamente, mas uma agricultura que

caminha no sentido da autonomia e da emancipação, de *outra economia*.

Há diferentes experiências em todo o mundo da potencialidade da agroecologia como *alternativa ao desenvolvimento do campo*, porém se insiste aqui no Brasil em sermos o país com maior consumo de agrotóxicos do mundo, mesmo quando a agricultura familiar camponesa responde por 70% da produção de alimentos. A preservação da cultura camponesa que Chayanov traz, reforça o potencial desse modo de existência, e ao mesmo tempo possibilita repensar a dimensão cultural nos campos da alimentação, do meio ambiente e da saúde na atualidade. Neste sentido, os *anúncios* trazem novas tendências e caminhos de promoção da saúde em sua dimensão ampliada, ou seja, trazem à tona como os processos de resistência do campesinato iluminam novos, e outros, futuros possíveis.

A compreensão de Chayanov de que a herança da cultura camponesa, ainda que ameaçada, é a fonte de possibilidades concretas para a construção de outras economias, torna estes *anúncios* cada vez mais importantes diante dos efeitos destrutivos e insustentáveis da economia agrícola dominante. Assim, o imperativo ético que se delineia no nosso tempo é o da continuidade destas heranças e tradições camponesas, a continuidade deste modo de existência — não encerrado em si mesmo, aberto, porém, ao *emergente* e ao *novo* no desenho de formas outras que ensejem relações mais equânimes consigo, com o outro e com os ambientes.

RECADOS

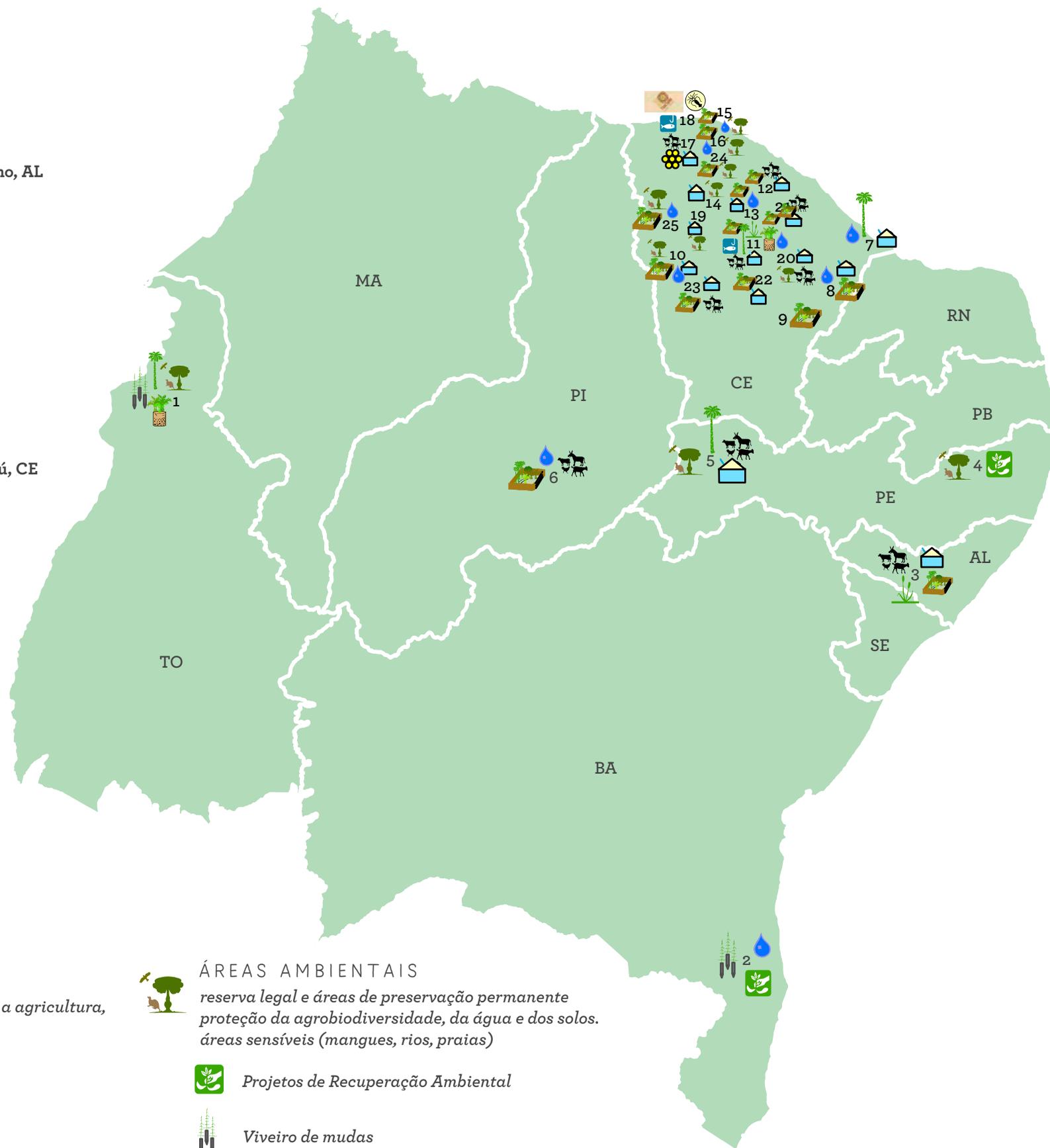
- » O *território* é uma categoria do *Método Pedagógico* do CTMA que contribui na contextualização das condições de vida e das situações de *saúde no campo*. O uso desta categoria nos ajuda a compreender as relações de poder envolvidas no ordenamento territorial-ambiental dos assentamentos e comunidades rurais e nos informa quais intencionalidades, agentes e regras estão em jogo.
- » Os mapas elaborados no CTMA são mapas da *saúde do campo* que sintetizam os diferentes aspectos e dinâmicas dos agroecossistemas envolvidos nos processos de produção da vida nos assentamentos da Reforma Agrária. Eles expressam as etapas, caminhos e práticas de observação, registro, diálogo, troca e sistematização de informações, envolvendo o *diagnóstico das condições de vida e das situações de saúde das populações do campo*, ou seja, representam ao mesmo tempo o *processo* — a cartografia como linguagem-método do diagnóstico — e o *produto* — o mapa como linguagem-síntese do diagnóstico.
- » O uso de *diferentes escalas* nos mapeamentos realizados proporcionou detalhar o processo saúde-doença de forma integrada e complexa, ampliando as noções de risco e vulnerabilidade a partir de sucessivas interseções e sobreposições de aspectos e práticas relacionadas à vida no campo.
- » O cenário de vulnerabilidade socioambiental ilustrado nos mapas de denúncias desafia o setor saúde a repensar seus modelos assistenciais para as populações do campo, tomando como referência o acirramento dos conflitos e das conflitualidades territoriais vividas pelas comunidades. A percepção das contradições e das imposições sobre tais comunidades é um fenômeno complexo que exige pensar a intersetorialidade e o diálogo de saberes como paradigma da *saúde do campo*.
- » Os diferentes *anúncios* mapeados nos mostram o repertório de práticas e de experiências de promoção de ambientes saudáveis no campo, assim como a forma pela qual diferentes comunidades rurais se reproduzem e resistem. A produção da vida por meio destas práticas revigora as possibilidades de construção de outras economias, solidárias e saudáveis — e aponta a agroecologia como um projeto estratégico na promoção da saúde nos territórios da Reforma Agrária.

MANEJO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

POTENCIALIDADES NA PROMOÇÃO DE AMBIENTES SAUDÁVEIS

TERRITÓRIOS

- 1 - Reassentamento Mirandiba, Babaçulândia, TO
- 2 - Assentamento Nova Ipiranga, Camacan, BA
- 3 - Assentamento Dom Helder Câmara, Girau do Ponciano, AL
- 4 - Assentamento Normandia, Caruaru, PE
- 5 - Assentamento Josué de Castro, Ouricuri, PE
- 6 - Assentamento Lisboa, São João do Piauí, PI
- 7 - Assentamento Aroeira Vilany, Aracati, CE
- 8 - Comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte, CE
- 9 - Reassentamento Alagamar, Jaguaratama, CE
- 10 - Assentamento Palmares Vila I, Crateús, CE
- 11 - Assentamento 25 de Maio, Madalena, CE
- 12 - Comunidade Poço de Pedra, Canindé, CE
- 13 - Assentamento Umarizeira, Itatira, CE
- 14 - Assentamento Roseli Nunes, Santa Quitéria, CE
- 15 - Assentamento Patos Bela Vista, Amontada, CE
- 16 - Assentamento Lagoa do Jardim, Amontada, CE
- 17 - Assentamento Alvaça Goiabeiras, Santana do Acaraú, CE
- 18 - Comunidade do Curral Velho, Acaraú, CE
- 19 - Assentamento São Manoel, Tamboril, CE
- 20 - Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim, CE
- 21 - Assentamento Grossos, Canindé, CE
- 22 - Assentamento Caldeirão, Quixeramobim, CE
- 23 - Assentamento Palestina, Independência, CE
- 24 - Assentamento Pedra Branca, Miraíma, CE
- 25 - Assentamento Dois de Maio, Tamboril, CE



O QUE MOSTRAM OS DIAGNÓSTICOS



FOSSAS VERDES
habitação saudável, tratamento de águas imundas e proteção de manancias



PLANTAS MEDICINAIS
organização de mulheres, saber popular em saúde e práticas preventivas e curativas



CISTERNAS
convivência com o semiárido, segurança hídrica e usos múltiplos



ÁGUA DISPONÍVEL
água em abundância, micro e meso açudes comunitários, poços profundos



QUINTAIS PRODUTIVOS E PRODUÇÃO ALIMENTAR
alimentação saudável, manejo agroecológico e segurança alimentar (diversidade produtiva)

PRÁTICAS EXTRATIVISTAS
manejo agroecológico, trabalho coletivo e proteção de ecossistemas



pesca artesanal



mariscagem



coleta de frutos, sementes e fibras



apicultura



PRODUÇÃO ANIMAL
segurança alimentar, integração com a agricultura, convivência com o semiárido



TURISMO COMUNITÁRIO REDE TUCUM
organização de base comunitária, resistência dos povos do mar, práticas locais



ÁREAS AMBIENTAIS
reserva legal e áreas de preservação permanente proteção da agrobiodiversidade, da água e dos solos. áreas sensíveis (mangues, rios, praias)



Projetos de Recuperação Ambiental

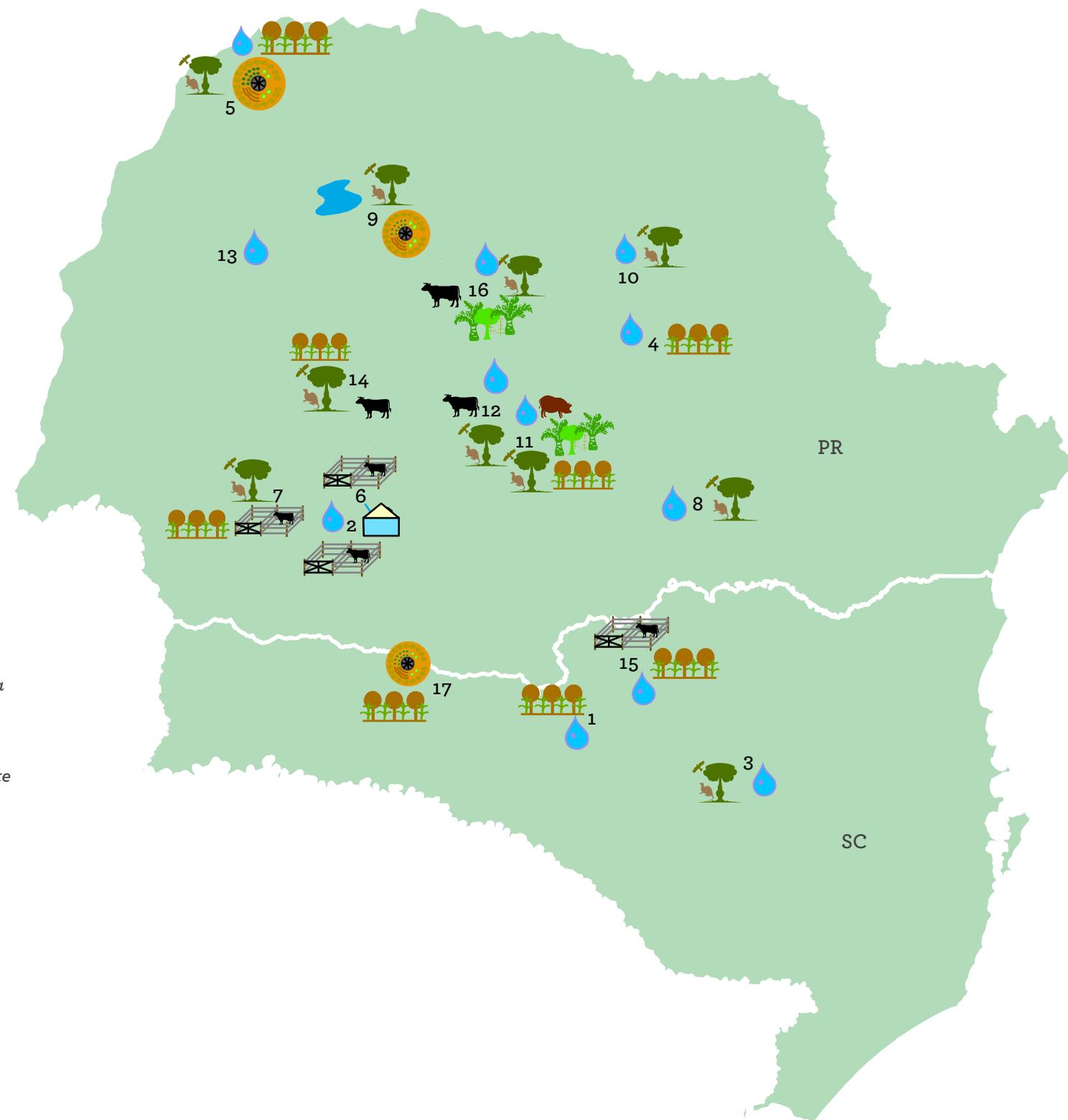


Viveiro de mudas



TERRITÓRIOS

- 1 - Assentamento Ermínio Gonçalves, Caçador, SC
- 2 - Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu, PR
- 3 - Assentamento Miguel Fortes da Silva, Taió, SC
- 4 - Assentamento Guanabara, Imbaú, PR
- 5 - Assentamento Margarida Alves, Querência do Norte, PR
- 6 - Assentamento Ireno Alves, Rio Bonito do Iguaçu, PR
- 7 - Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu, PR
- 8 - Assentamento Faxinal dos Mineiros, Fernandes Pinheiro, PR
- 9 - Assentamento Santa Rita de Cássia, Peabiru, PR
- 10 - Acampamento Maila Sabrina, Ortigueira, PR
- 11 - Território Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo, PR
- 12 - Assentamento Novo Paraíso, Boa Ventura de São Roque, PR
- 13 - Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Mariluz, PR
- 14 - Assentamento Conquista Camponesa, Laranjal, PR
- 15 - Assentamento Putinga, Calmon, SC
- 16 - Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre, PR
- 17 - Assentamento Conquista do Horizonte, Passos Maia, SC



! O QUE MOSTRAM OS DIAGNÓSTICOS



HORTA
produção de alimentos saudáveis
segurança alimentar



PRODUÇÃO DIVERSIFICADA
diversidade de lavouras, rotação de culturas
e segurança alimentar



PASTOREIO RACIONAL VOISAN
produção de leite/carnes e manejo comunitário de
animais

PRODUÇÃO ANIMAL
assistência técnica e extensão rural (ATER),
transição agroecológica e leite orgânico



Bovinocultura leiteira



Criação livre de suínos



SISTEMAS AGROFLORESTAIS
práticas agroecológicas, diversidade produtiva
e proteção das águas e dos solos



ÁREAS AMBIENTAIS
reserva legal, áreas de preservação permanente
e biodiversidade

ÁGUAS

segurança hídrica, formas comunitárias de
uso e potencial agrícola



CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE CHUVA
reserva de água para uso doméstico
e no entorno



água em abundância



represa comunitária de água

CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE À SAÚDE

CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTES DE ADOECIMENTO



TERRITÓRIOS

- 1 - Reassentamento Mirandiba, Babaçulândia, TO
- 2 - Assentamento Nova Ipiranga, Camacan, BA
- 3 - Assentamento Dom Helder Câmara, Girau do Ponciano, AL
- 4 - Assentamento Normandia, Caruaru, PE
- 5 - Assentamento Josué de Castro, Ouricuri, PE
- 6 - Assentamento Lisboa, São João do Piauí, PI
- 7 - Assentamento Aroeira Vilany, Aracati, CE
- 8 - Comunidade do Tomé, Limoeiro do Norte, CE
- 9 - Reassentamento Alagamar, Jaguaretama, CE
- 10 - Assentamento Palmeares Vila I, Crateús, CE
- 11 - Assentamento 25 de Maio, Madalena, CE
- 12 - Comunidade Poço da Pedra, Canindé, CE
- 13 - Assentamento Umarizeira, Itatira, CE
- 14 - Assentamento Roseli Nunes, Santa Quitéria, CE
- 15 - Assentamento Patos Bela Vista, Amontada, CE
- 16 - Assentamento Lagoa do Jardim, Amontada, CE
- 17 - Assentamento Alvaça Goiabeiras, Santana do Acaraú, CE
- 18 - Comunidade de Curral Velho, Acaraú, CE
- 19 - Assentamento São Manoel, Tamboril, CE
- 20 - Assentamento Nova Canaã, Quixeramobim, CE
- 21 - Assentamento Grossos, Canindé, CE
- 22 - Assentamento Caldeirão, Quixeramobim, CE
- 23 - Assentamento Palestina, Independência, CE
- 24 - Assentamento Pedra Branca, Miraima, CE
- 25 - Assentamento Dois de Maio, Tamboril, CE

! O QUE MOSTRAM OS DIAGNÓSTICOS



PARQUES EÓLICOS

impactos nos ecossistemas costeiros e violação de áreas comunitárias



BARRAGENS

desmatamento, deslocamentos compulsórios e precarização das condições de vida



CARCINOCULTURA DE EXPORTAÇÃO

desapropriações de terra, contaminação das águas e uso intensivo de produtos químicos



MINERAÇÃO

impactos nas águas, exposição a lixo tóxico e radioativo e irregularidades no licenciamento ambiental



LIXÕES

contaminação ambiental dos solos, falta de coleta e disposição irregular de lixo



PERÍMETROS IRRIGADOS

monoculturas de exportação, pulverização aérea de agrotóxico e contaminação química



GASODUTO

baixos salários na construção, impactos ambientais e na infraestrutura do assentamento



ESPECULAÇÃO DA TERRA

chegada de grandes empreendimentos, mercado de terras, emancipação dos assentamentos e pressão do agronegócio



AGROTÓXICOS

intoxicação humana, alimentos contaminados e mortes



PÓLO GESSEIRO

impactos da exploração da gipsita, indústrias de calcinação e baixos salários



FERROVIAS E PORTOS

grande movimentação de obras, geração de poeira, construção de terminais portuários e fragmentação de comunidades



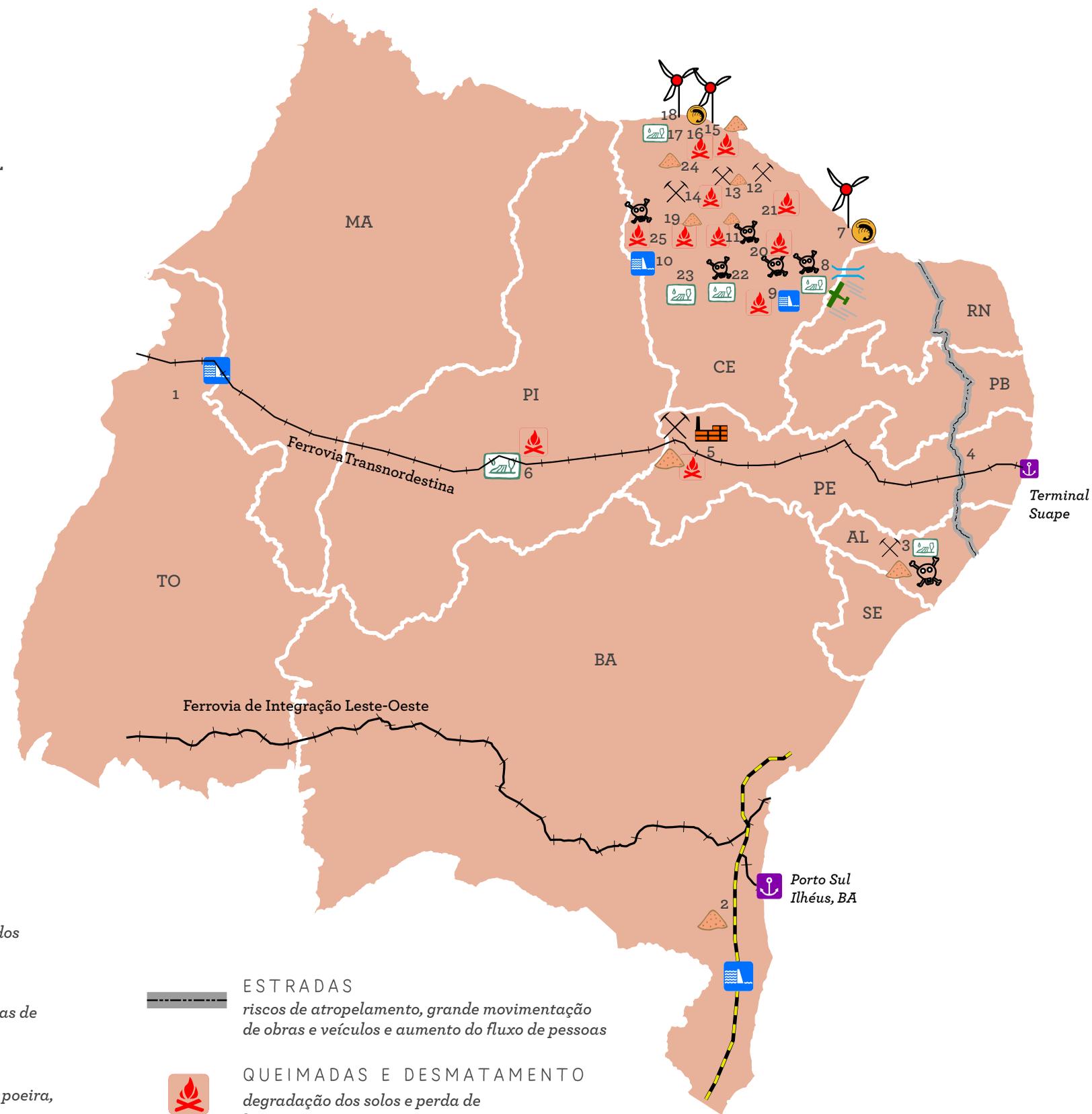
ESTRADAS

riscos de atropelamento, grande movimentação de obras e veículos e aumento do fluxo de pessoas



QUEIMADAS E DESMATAMENTO

degradação dos solos e perda de biomassa



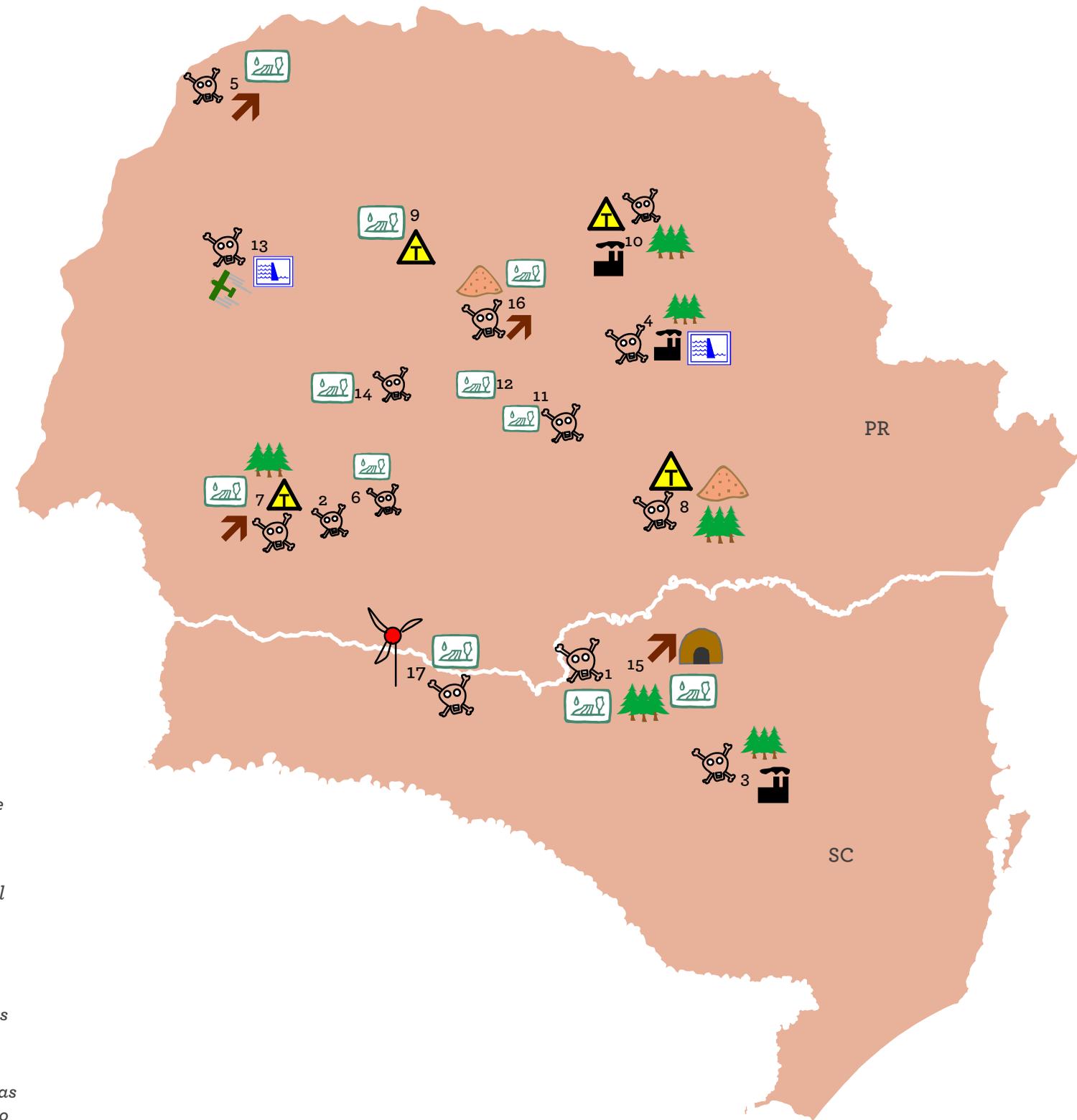
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE À SAÚDE

CONFLITOS TERRITORIAIS E AMBIENTES DE ADOECIMENTO

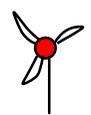


TERRITÓRIOS

- 1 - Assentamento Ermínio Gonçalves, Caçador, SC
- 2 - Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu, PR
- 3 - Assentamento Miguel Fortes da Silva, Taió, SC
- 4 - Assentamento Guanabara, Imbaú, PR
- 5 - Assentamento Margarida Alves, Querência do Norte, PR
- 6 - Assentamento Ireno Alves, Rio Bonito do Iguaçu, PR
- 7 - Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu, PR
- 8 - Assentamento Faxinal dos Mineiros, Fernandes Pinheiro, PR
- 9 - Assentamento Santa Rita de Cássia, Peabiru, PR
- 10 - Acampamento Maila Sabrina, Ortigueira, PR
- 11 - Território Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo, PR
- 12 - Assentamento Novo Paraíso, Boa Ventura de São Roque, PR
- 13 - Assentamento Nossa Senhora Aparecida, Mariluz, PR
- 14 - Assentamento Conquista Camponesa, Laranjal, PR
- 15 - Assentamento Putinga, Calmon, SC
- 16 - Assentamento Oito de Abril, Jardim Alegre, PR
- 17 - Assentamento Conquista do Horizonte, Passos Maia, SC



! O QUE MOSTRAM OS DIAGNÓSTICOS

- | | |
|---|---|
|  AGROTÓXICOS
<i>produção de grãos, contaminação ambiental e adoecimento do trabalhador</i> |  RESÍDUOS SÓLIDOS
<i>contaminação de águas, falta de coleta e tratamento e exposição a doenças</i> |
|  ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
<i>avanço de grandes empreendimentos, mercado e arrendamento de terras</i> |  BARRAGENS
<i>inundação de terras, exodo rural e perda de áreas agrícolas</i> |
|  MONOCULTURAS DE ÁRVORES
<i>"desertos verdes" de eucalipto e pinus, concentração fundiária e perda de biodiversidade</i> |  CARVOARIAS
<i>desmatamento, produção de carvão vegetal e precarização do trabalho</i> |
|  MONOCULTURAS DE GRÃOS
<i>lavouras transgênicas, verticalização da produção e pulverização de agrotóxicos</i> |  USINA EÓLICA
<i>restrição de áreas agrícolas, ameaça de conflitos por terra e impactos ambientais</i> |
|  FÁBRICA DE PAPEL E CELULOSE
<i>contaminação das águas, poluição atmosférica e dos solos</i> |  ÊXODO RURAL
<i>saída da juventude do campo, busca de novas oportunidades de emprego e inchaço urbano</i> |